



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - PPGCom**

**A COBERTURA JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
JORNAL DO TOCANTINS**

Palmas (TO), Junho de 2018

LUCIANO SILVA GOMES

**A COBERTURA JORNALISTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
JORNAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Profª Doutora Cynthia Mara Miranda

Palmas (TO), Junho de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G633c Gomes, Luciano Silva .

A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. / Luciano Silva Gomes. – Palmas, TO, 2018.

81 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2018.

Orientadora : Cynthia Mara Miranda

1. Violência contra a mulher. 2. Cobertura Jornalística. 3. Jornal do Tocantins. 4. Análise de Conteúdo. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

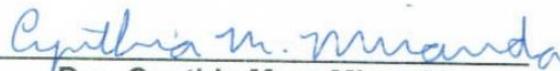
LUCIANO SILVA GOMES

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06/06/2018

Banca Examinadora:



Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins
Orientadora



Dra. Alice Agnes Spindola Mota
Universidade Federal do Tocantins
Primeiro avaliador



Dra. Liliam Deisy Ghizoni
Universidade Federal do Tocantins
Segundo avaliador

Dra. Verônica Dantas Meneses
Universidade Federal do Tocantins
Suplente

Palmas, 06 de junho de 2018

À Deus, meus pais, irmãos e minha linda noiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela renovação de suas misericórdias a cada manhã.

A minha família, Zezão, Dona Célia, Drica, Brenda, Ângelo, Nicolás, Yan, por sempre estarem ao meu lado.

A minha noiva, Julianna, por todo o carinho e paciência que tem me dispensado e por me incentivar em todos os momentos.

A orientadora, Cynthia Mara Miranda, por acreditar neste trabalho e suportar, comigo, todos os percalços da vida deste policial militar que ingressou no mundo da pesquisa acadêmica.

Ao professor Gilson Pôrto, por ter sido o primeiro incentivador e vislumbrar em mim potencial para a realização deste mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), na pessoa da Professora Dra. Verônica Dantas Menezes, por acreditar no formato de um programa interdisciplinar, fato que permitiu a este pesquisador ingressar no referido curso.

Aos amigos Débora e Daniel Canoli, pelas contribuições e análise dos dados.

A Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) e todos os comandantes de unidade pelas quais trabalhei durante a realização deste curso, pela compreensão.

Aos amigos Fábio, Raniere, Wilquer e Nascimento, oficiais da PMTO e aos membros do #SOZ pela torcida e pelas contribuições acadêmicas que tanto enriqueceram esta pesquisa.

“Meu sofrimento se transformou em luta”

Maria da Penha

GOMES, Luciano Silva. **A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins**. 2018. 80f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema social grave e recorrente no Brasil. A mídia ao atuar no processo de socialização pode influenciar tanto na propagação da violência quanto no combate dela. No que tange a violência contra a mulher, uma cobertura jornalística inadequada pode acarretar na intensificação deste tipo de violência. A presente dissertação tem como objetivo analisar a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins entre os anos de 2015 e 2017. Para atender a proposta, esta pesquisa foi realizada com base na literatura, buscando recortes teóricos com o intuito de apresentar os conceitos gerais de violência, violência contra a mulher e violência na mídia. Ainda, foi realizado o procedimento da pesquisa documental e análise de conteúdo. Os resultados apontaram que os casos de violência contra a mulher com maior gravidade ou repercussão, chegam à mídia e que o jornalismo tem o papel fundamental de fomentar as discussões sobre esta temática, porém, está longe de contribuir para o avanço na igualdade entre os gêneros partindo de uma produção de notícias na perspectiva de direitos.

Palavras-chaves: Violência contra mulher. Cobertura jornalística. Jornal do Tocantins.

GOMES, Luciano Silva. **The journalistic coverage of violence against women in Jornal do Tocantins**. 2018. 80f. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Communication and Society), Federal University of Tocantins, Palmas, 2018.

ABSTRACT

Violence against women is a serious and recurring social problem in Brazil. The media acting in the process of socialization can influence both the spread of violence and its combat. With regard to violence against women, inadequate journalistic coverage can lead to an intensification of this type of violence. The present dissertation aims to analyze the journalistic coverage of violence against women in Jornal do Tocantins between the years 2015 and 2017. In order to meet the proposal, this research was carried out based on the literature, seeking theoretical references in order to present the general concepts of violence, violence against women and media violence. Also, the procedure of documentary research and content analysis was carried out. The results showed that the cases of violence against women with greater severity or repercussion reach the media and that journalism has the fundamental role of fomenting discussions on this issue, but it is far from contributing to the advancement of gender equality starting from a production of news in the perspective of rights.

Key-words: Violence against women. News coverage. Tocantins Newspaper

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Tipo de violência.....	55
Gráfico 2 – Termos mais usados pelo veículo nos crimes de feminicídio	56
Gráfico 3 - Local das notícias.....	58
Figura 1 - Cidades tocantinenses que possuem delegacias especializadas.....	60
Gráfico 4 - Gêneros Jornalísticos	61
Gráfico 5 - Mês da notícia	62
Gráfico 6 - Principais Fontes	64
Gráfico 7 - Comparativo do quantitativo de Registros no SIOP x Notícias por mês	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de homicídio de mulheres – Brasil, 2005 a 2015	32
Tabela 2 - Levantamento teste	48
Tabela 3 - Classificação dos gêneros jornalísticos	50
Tabela 4 - Formatos do jornalismo informativo	50
Tabela 5 - Formatos do jornalismo opinativo	51

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CESeC	Centro de estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes
CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
DP	Delegacia de Polícia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar
PC	Polícia Civil
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SESC	Serviço Social do Comércio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UPM	Unidades Policiais Militares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 VIOLÊNCIA: CONCEITOS E ABRANGÊNCIAS	23
2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS E O FEMINICÍDIO	28
3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA	34
4 METODOLOGIA	45
4.1 DO PERIÓDICO ESCOLHIDO.....	46
4.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO VALOR NOTÍCIA	48
4.3 DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	49
4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	52
5 COBERTURA JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS	54
5.1 APLICAÇÕES E ANÁLISES	54
5.2 IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA JORNALÍSTICA.....	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

A violência é um problema social que afeta a vida coletiva. De acordo com Vieira et al (2003, p. 48), trata-se de um “fenômeno social complexo, que compromete o direito fundamental à vida, à saúde, ao respeito, à liberdade e à dignidade humana”. A própria estrutura do Estado foi criada visando o bem-estar social e o afastamento da violência privada que se apresentava, nos primórdios, como o meio pelo qual os indivíduos defendiam o seu patrimônio, passando, o Estado, a monopolizar o uso da violência legítima, conforme proposto por Max Weber (RONDON FILHO, 2009; OPUSZKA, 2015).

Hodiernamente, o fenômeno da violência encontra grande reverberação social sendo objeto de constantes estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, psicologia, antropologia, educação, comunicação, dentre outros. Em uma perspectiva mais trágica do assunto, verifica-se que a violência seria percebida como geradora do caos e da tragédia urbanas, por isso a preocupação de tantas ciências em explicá-la (PORTO, 2008; DIAS; MORIGI, 2015; BENEVIDES VELOSO; MARQUES, 2016).

Os estudos de Bauman (2009) são muito esclarecedores ao analisar o medo e a insegurança nas cidades que ele denomina de globais. Para o autor, o medo da violência tem provocado mudanças na forma como as grandes cidades tem se estabelecido na atualidade. Os modos de viver nessas cidades globais têm colocado de lado a solidariedade em detrimento da competição, dando causa a “corrosão e dissolução dos laços comunitários” (p. 5).

O relatório mundial sobre violência e saúde da Organização de Mundial de Saúde (OMS) conceitua esse fato social como sendo o,

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Como se vê, a violência afeta a vida em comunidade uma vez que quebra o contrato social da boa convivência entre os indivíduos, impondo lesões àqueles que são vítimas desses atos. Ela é sentida todos os dias, seja na própria pele ou através do consumo de notícias que a retratam.

Para Minayo (2007, p 21), a violência “não é um fenômeno abstrato: ela é concreta e ocorre em cada estado e em cada município de forma específica”. Trata-se, conforme

apontado pela autora, de um problema cujo enfrentamento envolve diversas áreas do conhecimento, corroborando com o entendimento desta pesquisa. Todas as ações nesse sentido

demandam entendimento com a área de educação, de serviços sociais, de justiça, de segurança pública, do ministério público, do poder legislativo e, sempre, com os movimentos sociais, visando à promoção de uma sociedade cujo valor primordial seja a vida (e não a morte) e à convivência saudável de seus cidadãos. (MINAYO, 2007, p. 21)

A pouca eficiência estatal na redução de fatores socioeconômicos que seriam a causa da violência, torna a sociedade palco de constantes atos violentos que são noticiados cotidianamente pelas diversas mídias jornalísticas e também pela própria sociedade, munida que está de voz para também tornar notícia fatos que presenciou através das redes sociais tão acessíveis pelos *smartphones*.

Para a ciência da comunicação, a violência, em suas diversas formas, aparece como fenômeno capaz de despertar diversos sentimentos nos consumidores dos produtos midiáticos como espanto, surpresa, indignação, comoção, etc. Na produção jornalística a violência tem sido considerada um valor notícia importante na busca de audiência para os meios de comunicação. A violência desperta a atenção da audiência e assim a ampla noticiabilidade das tragédias, crimes e agressões vão compor a narrativa diária jornalística, embora esta não seja uma invenção da mídia.

O jornalismo pode ser analisado tanto do ponto de vista ideológico quanto do econômico (TRAQUINA, 2004; BENEVIDES VELOSO e MARQUES, 2016). Pode-se afirmar que no primeiro caso, o jornalismo será encarado como um serviço público essencial para a construção da cidadania, sendo ao mesmo tempo um negócio. Nesse sentido, quando realiza a cobertura da violência, a mídia pode apresentá-la, tanto como um produto que visa audiência geral (acrescentando elementos sensacionalistas, factuais e etc.), quanto como um fato social que precisa ser debatido de forma consciente por toda a sociedade.

Os critérios de noticiabilidade são estabelecidos pelos órgãos de informação e pelos próprios jornalistas no exercício da atividade jornalística (WOLF, 1999; FRANCISCATO, 2002; FERNANDES, 2004). Dessa forma, o jornalista procura saber se determinado fato é relevante para se tornar uma notícia. Essa escolha é claramente carregada da subjetividade e interesses, tanto de jornalistas quanto das empresas de comunicação.

As pesquisas sobre a relação entre a mídia e as formas como ela reproduz ou apresenta a violência nossa de cada dia, são constantes na academia. Rondelli (1996), Ristum e Bastos

(2003), Ramos e Paiva (2005), Da Cruz (2008), Pereira (2011), Ribeiro e Batista (2010), Costa (2011), Carvalho, Freire e Vilar (2012) e Sepulveda (2015) expõem o assunto a partir da função social dos meios de comunicação e seu importante papel na formação de jovens e crianças que tanto tempo tem passado a mercê das mais variadas mídias.

Os estudos de Njaine e Careli (2015) apontam que,

No Brasil, a questão da violência, sobretudo os homicídios – a principal causa de morte na faixa etária de 15 a 19 anos –, tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação certamente estão entre elas, pois fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade. (NJAINÉ; CARELI, 2015, p. 71)

A função social da mídia na cobertura jornalística da violência aparece constantemente questionada. Contudo, conter a violência não é função da imprensa, tão pouco da televisão, mas que isso não isenta os meios de comunicação de cumprir sua função pública atribuída pela Constituição Brasileira (NJAINÉ; CARELI, 2015; RODRIGUES, 2017).

É justamente na busca por essa função pública do jornalismo e da comunicação em geral que diversas organizações têm trabalhado. Dentre elas se destaca a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que incentiva pesquisas relacionadas a área de comunicação e aos anseios de um jornalismo social que atendam as especificidades do público infanto-juvenil.

A crescente violência registrada entre os anos de 1980 e 2002 (PAIVA; RAMOS, 2005), ocasionada principalmente pela acentuada desigualdade social e ausência de programas de distribuição de renda efetivos, quando houve aumento significativo na taxa de homicídios no Brasil, fato que colocou o país entre os mais violentos do mundo, podem ter favorecido o aquecimento dos debates sobre a cobertura na violência em terras tupiniquins (RAMOS, 2000; PAIVA; RAMOS, 2005; SAPORI, 2007). As práticas de jornalismo sensacionalistas passaram a ser amplamente questionadas:

A mídia, em particular a mídia impressa, também reagiu a essa nova percepção da problemática da segurança alterando estratégias de cobertura e pouco a pouco deixando as velhas práticas das reportagens de polícia, quase sempre sensacionalistas e vinculadas à troca de favores com fontes policiais. (PAIVA; RAMOS, 2005, p. 1)

Para os autores, a cobertura da violência deixa de lado a capacidade que a imprensa possui de pautar “um debate público consistente” acerca do tema. Os jornalistas correriam atrás da notícia quando os fatos criminosos já teriam acontecido ou quando da cobertura de

ações da polícia. Ademais, tal cobertura seria pouco contextualizada, dando ênfase a histórias individuais, com pouca apresentação de dados estatísticos, pesquisas e outras informações da sociedade civil (p. 15).

O papel da imprensa vai muito além de relatar fatos noticiosos. O interesse público previsto na Constituição Federal de 1988, que difere do interesse ‘do público’, deve ser sempre buscado pelos profissionais que atuam nas redações quando da cobertura da violência. O poder sócio mobilizador do jornalismo e da imprensa deve sempre buscar seus fins públicos pois, de acordo com Da Cruz (2008),

Ela mobiliza as pessoas a pensar e agir sobre os fatos noticiados. Todavia, questiona-se qual deve ser o limite a que devem submeter-se os meios de comunicação diante do crime e da violência, para evitar enfoques que levem a espetacularização, desviando-se do objetivo principal do jornalismo, que é levar a informação voltada ao interesse público”. (DA CRUZ, 2008, p. 2)

Essa espetacularização apontada pela autora é prejudicial uma vez que generaliza a ocorrência de acontecimentos violentos e, fatos que ocorrem em grandes centros urbanos acabam sendo “inseridos na realidade de pessoas que vivem em pequenas cidades, onde, se não houvesse a divulgação, tais fatos não seriam conhecidos” (p. 9). Ato contínuo, de posse dessas informações veiculadas pela mídia, os moradores de cidades tranquilas e com poucos problemas de violência tem a impressão que aquela realidade lhe pertence e o medo das grandes cidades apontado por Bauman (2009) se universaliza pela mídia.

Corroborando com esse pensamento, Sousa (2005) aponta que a mídia, se não levada a uma crítica científica séria, pode tornar-se meio de propagação e até mesmo exaltação da violência, pela alteração que provoca na percepção que as grandes massas têm do fenômeno. Isso ocorre por que “a cobertura nem sempre é representativa do universo de crimes e sim dos eventos extraordinários e muitas vezes pontuais” (p. 1).

Diante desse contexto, um tipo específico de violência também tem se apresentado como valor notícia relevante, atraindo grande público consumidor, a violência contra a mulher. Trata-se de um problema de ordem social que afeta grandemente o cotidiano de milhares de famílias no Brasil e tem ceifado a vida de uma quantidade numerosa de mulheres. Em uma visão panorâmica, no Tocantins¹, estado da Região Norte do Brasil, os números são alarmantes: somente nos seis primeiros meses de 2017, foram registrados 130 estupros, 22

¹ De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>), o estado do Tocantins possui população estimada em 1.550.194 habitantes, sendo apenas o 24º estado da federação em termos populacionais. Possui também baixa densidade demográfica (22º lugar).

tentativas de estupro e pelo menos 17 mortes de mulheres (feminicídios) e ainda mais de 400 casos de lesão corporal e mais de 1000 casos de ameaça².

Em contrapartida, neste mesmo espaço de tempo, o periódico de maior circulação do estado, o Jornal do Tocantins, publicou em suas páginas apenas 23 relatos jornalísticos que tratavam do tema. O que se pode concluir preliminarmente é que a cobertura jornalística dessa problemática carece de plena efetividade para estabelecer um debate público contínuo e relevante para o estabelecimento de políticas públicas capazes de reduzir ou dar fim ao problema.

Nesse sentido de crítica científica da mídia é que esta pesquisa procurará abordar a forma como o jornalismo tocantinense trata as questões de violência contra a mulher e suas diversas facetas.

Conforme apresentado anteriormente, a violência, por si só, é um grande valor notícia, independentemente da faceta em que se apresente. No Brasil, um tipo específico de violência tem chamado a atenção de estudiosos, gestores públicos, agentes de segurança e entidades da sociedade civil organizada, trata-se da violência contra a mulher que se refere a qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à morte, bem como à morte desta, quer seja em âmbito público ou privado (ARCA, 2016; CELMER, 2010).

Nogueira e Pôrto Jr. (2016, p. 156) apresentam os dados alarmantes da pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços público e privado” realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC. De acordo com essa pesquisa, em 2010, cinco mulheres eram espancadas no Brasil a cada dois minutos. Além dos órgãos públicos responsáveis por políticas públicas que busquem igualdade entre os gêneros, outros organismos sociais precisam assumir papéis relevantes no trato deste problema.

Além das lesões corporais cotidianas, outro tipo de violência física acomete as mulheres brasileiras, o estupro. Tipificado como crime contra a liberdade sexual pelo Código Penal, a prática criminosa atingiu 45.460 mulheres apenas no ano de 2015, conforme informações do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública³. De acordo com a pesquisa, são mais de cinco mulheres estupradas no Brasil a cada hora.

² Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins. Violência contra mulher: Tocantins registra 130 estupros e 17 mortes em seis meses. Disponível em: [<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/violencia-contra-mulher-tocantins-registra-130-estupros-e-17-mortes-em-seis-meses.ghtm>]. Acesso em: 14 de maio de 2017.

³ Reportagem disponível em: [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/brasil-registrou-em-2015-cinco-estupros-por-hora-mostra-anuario>]. Acesso em: 18 de maio de 2018.

Nesse contexto é que se faz relevante analisar o papel que a mídia tem desempenhado na reflexão social do problema em análise em sua atuação diária, seja nas redações dos grandes jornais impressos de circulação nacional, seja nos diversos programas de tevê que vendem a violência como um de seus principais produtos.

Diversas pesquisas apontaram que a mídia exerce certa influência sobre sua audiência. Moreno (2012) aponta que grande parte da população toma conhecimento da violência através dos meios de comunicação e, por isso, deve-se discutir qual o seu papel social diante desse tipo de informação. Contudo, a pesquisadora alerta:

A violência de gênero aparece também, mas sempre isolada de seu contexto, ponderação, consequências – torna-se visível somente quando tem potencial de atrair e prender a atenção -, personalizando-a, explorando imagicamente o sofrimento e espetacularizando-a enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (MORENO, 2012, p. 26).

Nesse sentido, a mídia pode se constituir como mecanismo em que às conquistas e reivindicações das mulheres encontram espaço de visibilidade, incorporando temáticas como violações de direitos, saúde, direitos reprodutivos, entre outros (SOUZA, 2006; BEIRAS, 2012; NOGUEIRA; PORTO JR, 2016). Refletir sobre como essa cobertura jornalística é realizada e, quais os critérios devem ser seguidos para transmitir a informação sem agredir as mulheres vítimas de violência, é demasiado importante. Mas não só por isso, a própria dinâmica de construção de tipos jornalísticos que retratam casos de violência contra a mulher, precisam ser revistos.

Em reportagem recente⁴, o Jornalista Marcos Cândido apurou que “apenas cinco estados da federação divulgam números que fazem distinção entre homicídio doloso e suspeita de feminicídio em seus relatórios”, contrariando assim as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás e Rio Grande do Sul seguem as recomendações, por outro lado, nenhum estado das regiões norte e nordeste especifica os dados da forma correta, fato que atrapalha a consecução de políticas públicas adequadas no combate a esse problema.

A violência contra mulher é reflexo de uma sociedade que ainda não se libertou do machismo - entendido aqui como atitudes e/ou relações que supervalorizam as características

⁴ Brasil contraria ONU e não divulga dados sobre feminicídios no país. Disponível em: [https://estilo.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/14/feminicidio-estados-ainda-nao-divulgam-assassinatos-contra-mulheres.htm?utm_source=facebook.com&utm_medium=social&utm_campaign=fb-uol&utm_content=geral&cmpid=copiaecola]. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

físicas e culturais associada ao sexo masculino, em detrimento daquelas associadas ao sexo feminino e com isso estimulam a opressão das mulheres (Delphy *apud* Hirata et al, 2009).

Mesmo com todo aparato jurídico formado a partir da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, levantando a bandeira dos “direitos das mulheres”, o que se vê ainda é um desamparo às mulheres, com números que beiram a barbárie do chamado “genocídio de gênero”. Intrinsecamente a sociedade contemporânea ressalta um sistema de status e contrato, sendo estes baseados na usurpação ou exação de poder, normalmente regidos por conceitos machistas e patriarcais (SEGATO, 2003).

Ademais, junta-se a isso o fato da sociedade brasileira estar mergulhada em ações e comportamentos machistas nas mais diversas áreas de atuação: política, cultura, educação, serviço público, empresas da iniciativa privada em geral, redações de jornais, etc. Pesquisa realizada pelo Ibope apontou que o “machismo, por exemplo, está presente no cotidiano de 99% dos entrevistados e é mais forte nas regiões Norte e Centro-Oeste, com 67% dos moradores desses locais estão acostumados a reproduzirem frases machistas”⁵.

A desigualdade entre os gêneros fica ressaltada ao averiguar números relacionados a violência contra mulher, bem como a forma que esta acontece. Há uma permanência da ideologia machista na sociedade, na qual a mulher é dominada e submetida ao poder do macho, como uma forma de justificar a violência sofrida pela mulher dentro da sociedade (DINIZ, 2014). Ainda, quando se verifica nos diferentes contextos sociais e políticos, as mortes de mulheres por questões de gênero estão presentes em todas as sociedades e são relacionadas com a cultura de dominação e desequilíbrio de poder entre gêneros masculino e feminino (OLIVEIRA; COSTA; SOUSA, 2015).

Diante do contexto apresentado buscamos nesta pesquisa fazer levantamento das notícias jornalísticas sobre violência contra a mulher e responder a seguinte pergunta da investigação: Como são veiculadas as notícias sobre violência contra a mulher no Estado do Tocantins no maior periódico de circulação local, o Jornal do Tocantins?

Com a revolução das comunicações no início do século XX, com o aparecimento dos primeiros jornais impressos e, posteriormente, dos aparelhos de rádio e televisão, a violência passou a reverberar com mais intensidade, tornando-se mais evidente a todos que tivessem acesso aos meios de comunicação. Não era mais necessário ser vítima de violência para vivencia-la de perto.

⁵ Machismo está presente no cotidiano de 99% dos brasileiros, diz pesquisa. Disponível em: <<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/10/11/machismo-esta-presente-no-cotidiano-de-99-dos-brasileiros-diz-pesquisa.htm>>. Acesso: 30 out. 2017.

A internet aumentou esse alcance e as discussões sobre o papel da mídia se acentuaram nos últimos anos, principalmente no que tange a realização de sua função social, de não apenas informar, mas também de promover discussões sobre temas de relevância para as pessoas. No caso da violência contra a mulher, a naturalização de posturas machistas e misóginas que muitas vezes passam despercebidas devem ser desveladas e discutidas em todos os seguimentos da sociedade.

A presente pesquisa justifica-se na medida em que se observa a ausência de estudos no Estado do Tocantins sobre a cobertura jornalística da violência contra a mulher nos meios de comunicação e destaca-se pela importância de debater formas de como as mídias regionais podem melhorar sua cobertura, contribuindo de forma mais incisiva no combate desse tipo de violência.

Outro motivo forte é a presença contínua do Tocantins no mapa da violência nas primeiras posições. De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o estado do Tocantins apresentou uma taxa de 4,7 homicídios por 100 mil mulheres, similar à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil. Já de acordo com o Mapa da Violência 2015 - homicídios de mulheres no Brasil, o Tocantins está na 13ª posição nas taxas de homicídios de mulheres entre os estados da federação.

Somente nos meses de julho e agosto de 2017, em todo o Estado do Tocantins, a Polícia Militar registrou 391 ocorrências⁶ que tinham por natureza principal a Lei Maria da Penha ou a qualificadora do art. 129, §9º do Código Penal que trata do crime de lesão corporal cometido no âmbito da vida doméstica.

Outra motivação que influenciou a escolha do tema de pesquisa foi a atuação profissional do pesquisador que é Oficial da Polícia Militar do Estado do Tocantins. No dia a dia de trabalho, o policial militar atende ocorrências de naturezas diversas e o acionamento para atendimento de mulheres vítimas de violência é corriqueiro.

Em muitos casos, o único amparo estatal que as mulheres recebem é a própria presença do policial militar, uma vez que ainda não existe uma rede estruturada para realizar o acompanhamento sócio psicológico das vítimas.

Assim o pesquisador também compreende a necessidade da formação do policial na perspectiva de gênero tendo em vista ser este o primeiro agente do Estado a ter contato com vítima de violência. Dessa forma, é fundamental buscar compreender como a violência de

⁶ Dados colhidos pelo pesquisador em função do cargo desempenhado na Polícia Militar do Tocantins, através do Sistema Integrado de Atendimento e Despacho da Polícia Militar do Estado do Tocantins em: 05/09/2017.

gênero está enraizada no cotidiano, sendo a mulher constantemente submetida ao homem, seja economicamente, psicologicamente, sexualmente ou socialmente, refletindo diversas vezes na desistência da continuidade de ocorrência. Ainda, é importante que o policial tenha entendimento geral do sistema de atendimento e apoio à mulher, tendo em vista que a falta de acolhimento adequado, reforça nas vítimas de violência a experiência de vulnerabilidade.

Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo central analisar a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. Para tal, buscou-se investigar que elementos tornam as notícias de violência contra a mulher aptas a se tornarem notícia no periódico analisado; determinar as principais fontes das notícias e o tratamento dado na repercussão das notícias que versem sobre o objeto da pesquisa; verificar a distribuição geográfica das notícias de violência contra a mulher no Estado; bem como examinar se existem discussões aprofundadas sobre os temas de violência contra a mulher nas notícias selecionadas.

A dissertação será dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo discutirá as raízes da violência em geral, antes mesmo da criação dos primeiros estados nacionais. Abordará o fenômeno do ponto de vista sociológico, dando mais ênfase nas suas consequências do que em suas causas principais, que também serão debatidas. A violência também será investigada como um fenômeno histórico e inerente a todas as classes sociais. Ainda, passar-se-á ao estudo da violência reverberada na mídia, com o objetivo de verificar como os pesquisadores da área têm percebido o tratamento dado pelos meios de comunicação de massa na transmissão de fatos violentos de forma geral, sem especificar qualquer tipo de violência.

O segundo capítulo abordará a violência contra a mulher especificamente, considerando os aspectos sócio históricos envolvidos neste processo que persiste desde os tempos antigos até a atualidade. Abordará ainda, o feminicídio compreendido como o ápice da violência contra a mulher, resultante de ato derivado da dominação de gênero, ocasionando o óbito da vítima.

No terceiro capítulo as discussões serão voltadas para as formas de violência contra a mulher e como este tipo de violência é abordado pela mídia. Serão apresentados dados sobre crimes cometidos contra o gênero feminino. A forma como a mídia tem feito a cobertura da violência contra a mulher será analisada, considerando a relevância dos veículos de comunicação abordarem o assunto de forma contextualizada e utilizando termos que produzam reflexão sobre a temática.

No quarto capítulo será apresentada a análise de conteúdo como metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa, detalhando as etapas da mesma, assim como os métodos

científicos utilizados, esclarecendo os critérios e técnicas adotadas para o levantamento dos dados coletados.

O quinto capítulo apresenta a análise das notícias sobre violência contra mulher selecionadas para o estudo no Jornal do Tocantins. Serão feitas reflexões sobre a ciência da comunicação e sobre os pressupostos da análise de conteúdo que será amplamente utilizado na pesquisa. Aqui também serão analisados os dados coletados em todos os exemplares do Jornal do Tocantins, que para melhor visualização foram tabulados e a partir desta tabela foram extraídos alguns gráficos, para uma melhor compreensão e análise dos dados obtidos.

Nas considerações finais serão realizados apontamentos diversos acerca da pesquisa e as possibilidades que se abrirão, tanto no meio acadêmico, com a possibilidade de realização de novas pesquisas sobre o tema, quanto nas atividades práticas do fazer jornalístico e das atividades dos profissionais de segurança pública que trabalhem cotidianamente no atendimento as mulheres vítimas de violência.

1 VIOLÊNCIA: CONCEITOS E ABRANGÊNCIAS

A filósofa alemã Hannah Arendt (1994) em seus estudos sobre a violência, aponta a necessidade de que estudiosos da história e da política devem estar atentos ao fato de que o fenômeno sempre teve papel fundamental na realização dos “negócios humanos” (p. 16). Nesse sentido, entende-se que o alerta da estudiosa deve ser ampliado para os pesquisadores da área de comunicação. Hannah define a existência de um caráter instrumental para a violência que estaria ligado diretamente ao vigor individual de cada indivíduo.

Baseado nos estudos do francês Michel Maffesoli, Sodré (2002), traz interessante classificação das modalidades de violência que é relevante aos objetivos da presente pesquisa: (1) a ‘violência anômica’ que seria aquela com características de crueldade muito perceptível na sociedade atual, principalmente nos casos de crimes cometidos contra mulheres; (2) a ‘violência representada’ que estaria alimentada pela mídia “que tende a visibilizar publicamente a agressão recorrente na vida cotidiana” (p. 12); (3) a ‘violência sociocultural’ praticada contra determinados grupos e minorias e, por fim; (4) a ‘violência sociopolítica’ que se estabelece através da repressão imposta pelo estado.

Outra modalidade de violência foi proposta por Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975), sendo amplamente conhecida na comunicação, a violência simbólica. Trata-se de uma “violência insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento” (p. 7-8).

Trata-se, pois, de uma violência velada que esconde sua essência fazendo com que as suas vítimas não se vejam no lugar de vítima. Na concepção de Casagrande e Peruzzolo (2012) a “violência simbólica não ocorre através de atos, da coação, mas pelo processo de submissão por parte dos dominados através do pensamento, das idéias e dos ideais assumidos pelos dominantes” (p. 241).

Peruzzolo (1990) dá bastante ênfase ao aspecto cultural que circunda a conceituação da violência como um fato social predominantemente humano. Para ele, a “violência do homem não está na sua natureza, está no ajustamento cultural, que se dá na ordem da cultura, de certas relações de ordem conflitual” (p. 95). Nesse sentido, ele esclarece que a violência não é algo exterior aos seres humanos e sim algo inerente à própria convivência social humana, sendo um fenômeno cultural.

Em outra pesquisa, desta vez acompanhado de Casagrande, Peruzzolo (2012) aponta que os comunicólogos devem dar atenção especial ao fenômeno da violência pois, os meios de comunicação de massa sempre deram ênfase especial a fatos e atos violentos representando-os “pela tendência a cativar o expectador” (p. 239), ligando as relações estabelecidas entre os indivíduos. Os autores esclarecem que a violência é vivenciada pela humanidade desde os primórdios de sua existência, contudo, o estudo do fenômeno é algo bem mais recente.

Minayo (2007) apresenta a violência como um evento decorrente, principalmente da ação humana. Para ela, o fenômeno é um fato social na medida em que não se não conhece “nenhuma sociedade totalmente isenta de violência” (p. 23). Para a autora a violência consiste

(...) no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades. Há sociedades mais violentas do que outras, o que evidencia o peso da cultura na forma de solução de conflitos. (MINAYO, 2007, p. 23).

Contudo, para além de se tratar apenas de um fato social, a violência traz consigo um forte elemento histórico de construção temporal. Cada comunidade local apresenta suas formas de violência dentro de determinados contextos histórico-culturais. Nesse sentido, a violência, ou as formas de violências experimentadas no Brasil do início do século XX não são as mesmas presenciadas no Brasil da atualidade.

O contraponto dessa assertiva, trazido pela própria pesquisadora, é que existem formas de violência que se perpetuam no tempo e estão na base do desenvolvimento de muitas comunidades.

É o caso da violência de gênero (sobretudo do homem contra a mulher), que se fundamenta nos papéis diferenciados por idade (dos adultos contra as crianças e contra os idosos), e das diferentes formas de discriminação de “raças” (dos brancos contra os negros, de outros grupos contra os judeus e atualmente contra os árabes). Essas modalidades de expressão permanecem “naturalizadas”: é como se, ao cometê-las, as pessoas julgassem que estão fazendo algo normal. (MINAYO, 2007, p. 24)

Essas modalidades de expressão apontadas pela autora denotam uma construção cultural de atos e atitudes que passam a se manifestar de forma naturalizada como se violência não fossem. Essas construções transpassam todas as classes e segmentos sociais, configurando “um jeito próprio e típico de pensar, sentir e agir” (p. 24), decorrendo daí a necessidade de movimentos e grupos sociais voltados a missão de debater e desconstruir “as formas de reprodução da dominação, de submissão e os agravos provenientes desses

fenômenos” (p. 24), sendo papel social da mídia a concessão de espaços de fala para esses grupos.

As dificuldades relacionadas ao estudo da violência em geral repercutem nas especificidades decorrentes da cobertura jornalística sobre este valor notícia. A verdade é que realizar a cobertura jornalística da violência não tem sido uma tarefa fácil. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC) em 2015, sob a coordenação das pesquisadoras Silvia Ramos e Anabela Paiva da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), mostrou que a cobertura noticiosa da violência tem sido o ‘primo pobre’ dentro da imprensa.⁷

O levantamento realizado pelo CESeC analisou 5165 textos entre maio e dezembro de 2006, entrevistou 64 profissionais de imprensa e 26 pesquisadores, policiais e observadores e uma de suas conclusões é que mudanças positivas têm ocorrido na seara da cobertura jornalística da violência.

Paiva e Ramos (2008) apontam que uma dessas mudanças “é a substituição do simples registro superficial dos homicídios pela tentativa de investigação do crime ou pelo relato dos fatores que o levaram a ocorrer” (p. 32). Melhorar a cobertura da mídia nos casos de violência contra a mulher pressupõe uma melhoria na cobertura da violência geral. Nesse sentido, as autoras são otimistas:

Não há como evitar a constatação de que a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à criminalidade e à segurança pública. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980 e mais intensamente nos anos 90, na medida em que o fenômeno da violência urbana se multiplicou e se tornou mais complexo, os jornais evoluíram – e continuam a evoluir. (PAIVA e RAMOS, 2008, p. 32).

Apesar do otimismo apontado acima, as autoras são críticas da postura de muitos veículos de comunicação que não realizam sua tarefa de promoção de discussões públicas.

Considerando que a mídia exerce um relevante papel no debate e na implementação de todas as políticas públicas em curso no país, e levando em conta que o tema da segurança está hoje entre os que mais despertam interesse, preocupação e medo na população brasileira, o que se espera dos jornais – e dos veículos de comunicação em geral – é que não se limitem a denunciar os fatos. E, sim, que assumam a dianteira na promoção de um consistente debate público sobre a questão. (PAIVA e RAMOS, 2008, p. 08)

⁷ O termo tem origem nos anos 1950, no quadro da Rádio Nacional “Primo pobre & primo rico”. No programa, o primo pobre visitava o luxuoso apartamento do primo rico em busca de ajuda para as suas dificuldades financeiras e acabava ouvindo os queixumes do parente milionário. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/balanca-mas-nao-cai/primo-pobre-primo-rico.htm>>. Acesso: 02 mar. 2018.

Apesar dos avanços constatados nos últimos anos, as autoras esclarecem que as coberturas da violência continuam sendo o “primo pobre”, não só dentro da imprensa, assim como na academia e também na sociedade. Para elas, os aspectos socioeconômicos são o fiel da balança uma vez que “as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, o mesmo retorno às empresas jornalísticas” (p. 34). Essa hipótese tem fundamentado a exclusão de cadernos exclusivos para tratar assuntos de polícia em parte dos diários analisados pela pesquisa.

Atualmente, a cobertura da violência tem se dado, pelo menos nos veículos de comunicação de alcance nacional, de forma integrada com os temas de educação, habitação, saúde e trânsito. Mesmo assim, ainda permanece a máxima de que a mídia, na maior parte do tempo “corre atrás da notícia do crime ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor” (p. 39).

Nesse contexto elas propõem mais investimentos na especialização de profissionais para cobrir a área da violência, conforme ocorreu em outras editorias como Economia, Política e Ciência e Tecnologia, além de uma formação continuada dos profissionais. Essa formação continuada tem relação direta com a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias, conforme proposto por Bucci (2008).

Ao tratar de questões ligadas a liberdade da imprensa no Brasil, o estudioso da comunicação, Eugênio Bucci, sugere três elementos que seriam cruciais na busca da qualidade e da liberdade da mídia no país.

O primeiro diz respeito a qualidade da cobertura da agenda social que não estaria sendo feita corretamente em virtude da própria exclusão dos movimentos sociais como sendo público dos meios de comunicação. Essas minorias, não seriam consumidoras dos produtos publicitários ofertados e por isso não estariam entre as prioridades da cobertura. Nesse sentido o autor esclarece que,

Há um elemento de perverso nessa exclusão que alcançaria os meios de radiodifusão, a TV em especial. Os agentes dos movimentos sociais, quando pertencentes a camadas sociais que não tem acesso aos bens de consumo, a despeito de integrarem o amplo espectro de telespectadores, não fazem parte da audiência com poder de compra mínimo. (BUCCI, 2008, p. 57)

O segundo elemento diz respeito à necessidade de uma formação continuada para o jornalista. O autor deixa seu ultimato apontado que “não se pode mais pretender (...) que a imprensa atinja bons níveis sem ter pontes com a pesquisa e com a capacitação aprofundada”

(p. 58). Esse imperativo é mais marcante atualmente principalmente na cobertura de políticas públicas, no caso desta pesquisa, ligadas ao combate da violência contra a mulher.

Por último, o autor levanta a necessidade de acompanhar processos completos ao invés de se dedicar a fatos e acontecimentos isolados. Para Bucci (2008, p. 59), mais “do que cobrir acontecimentos chamativos e vistosos, é necessário identificar a direção das linhas evolutivas na sequência de decisões tomadas pelo poder público”. No geral, esse acompanhamento de processos não tem ocorrido na cobertura da violência contra a mulher.

A violência contra a mulher existe e, segundo Thurler (2017), se sustenta “em uma realidade social de desigualdades profundas entre os gêneros” (p. 468). Isso é um fato cotidiano na vida de milhões de mulheres no Estado do Tocantins, no Brasil e no mundo. Existe certa dificuldade em caracterizar a violência contra a mulher no campo sociológico, pois o próprio conceito de violência possui variáveis culturais e históricas:

O termo violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física, ou recurso do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim, carga negativa, ou maléfica. É a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado), que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999, p. 28)

Nas palavras de Paiva e Ramos (2008, p. 40) a mídia “abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes”. Nesse sentido, pode-se perceber o quão complexa pode ser a cobertura da violência contra a mulher. A mídia prende-se a episódios factuais e casos específicos para angariar público, se afastando costumeiramente de sua função social.

No que tange ao conceito de feminicídio, Romero (2014) o defini como “todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte”. Tal tema será abordado mais profundamente no Capítulo seguinte, que tratará da violência contra a mulher, aspectos sócio históricos envolvidos e o feminicídio.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS E O FEMINICÍDIO

Desde a antiguidade, é relegada à mulher uma condição de inferioridade. A forma como esta é retratada historicamente, permite compreender a violência contra mulher que persiste desde os tempos antigos até a atualidade. As diversas formas desse tipo de violência procedem de uma cultura de dominação e desequilíbrio de poder entre os gêneros.

Para Silva (2010 apud DINIZ; BRASIL, 2014. p. 48), a violência exercida sobre a mulher está “incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino”.

O patriarcado é considerado como uma possibilidade de origem da dominação do homem sobre a mulher, tendo como consequência a violência contra esta (ARAÚJO; MATIOTTI, 2004). Ao explorar a violência contra a mulher como algo intrínseco ao patriarcado, Gayon (2010) destaca a hierarquização social dos gêneros, em que o masculino é dominante, sendo a mulher vista como propriedade privada deste, em que o seu corpo pertence ao homem, o qual deve dominá-lo e controlá-lo.

Historicamente, as relações entre mulheres e homens tem sido desiguais, sendo o feminino subordinado aos costumes masculinos, com imposição de normas de condutas mais rigorosas às mulheres, o que legitimaria as devidas correções dos descumprimentos de tais regras, mesmo se necessário, com utilização da violência (DE FERRANTE, SANTOS, VIEIRA, 2009).

No que tange à violência contra mulher, Mendes (2009) destaca que:

A violência de gênero que acontece nesse espaço se apresenta nas mais diversas modalidades (física, verbal, psicológica e patrimonial), sendo praticada, geralmente, por pessoas conhecidas, próximas, ou da família (vizinhos, pais, parentes, companheiros, patrão), o que torna, muitas vezes, difícil à denúncia. (MENDES, 2009, p. 4)

Mediante tais considerações, nas últimas décadas do séc. XX, tem-se um reconhecimento nacional e internacional que os atos de violência representam um problema de saúde pública e de direitos humanos. Por causa disso, intensifica-se no cenário jurídico-político a busca por medidas mais severas de punição aos que praticam, bem como a conscientização e medidas de prevenção às que são diretamente afetadas por tais atos.

A violência contra as mulheres é reconhecida no art. 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, na Convenção de Belém do Pará-1994, como violência de gênero, descrevendo tal ato como: “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Desta forma, compreende-se que a violência contra as mulheres se refere ao ato ou atos de agressão não somente contra seu corpo, por meio de tapas, socos, pontapés, abuso sexual e/ou espancamento, refere-se também aos danos psicológicos e sociais acarretados por tais atos. Sendo assim, o manual do Ministério da Saúde de orientações para prática em serviço sobre violência familiar aponta consequências diversas à saúde física e mental de mulheres que sofrem violência, podendo-se destacar: gravidez indesejada, abortos espontâneos, doenças sexualmente transmissíveis, abusos de drogas ou álcool, lesões físicas, depressão (BRASIL, 2005).

Diniz e Brasil (2014) citam um estudo sobre características da violência sofrida pelas mulheres, realizado por Santi; Nakano; Lettierre (2010) que apontam que o maior percentual de tal forma de violência ocorreu dentro do domicílio (61,2%). Verificou-se que em 89,6% o agressor era conhecido da vítima, destes, 53,7% eram maridos ou namorados das vítimas e 26,9% eram ex-maridos ou ex-namorados. Ainda, no referido estudo, constatou-se quanto ao perfil demográfico que o baixo nível socioeconômico e o baixo nível de suporte social são fatores associados à violência contra a mulher; também, a maioria das mulheres possuíam baixa renda familiar: inferior a dois salários mínimos.

Passinato (2011), Portella (2011) e Gomes (2015) corroboram que o ápice da violência contra a mulher é o óbito - feminicídios ou femicídios. Contudo, há de se considerar que este último ato não deve ser analisado de forma isolado, pois traz consigo um histórico de violência e intencionalidade. Ainda de acordo com os autores, o feminicídio é o encerramento de um processo de sucessivos atos de submissão e brutalidade praticadas contra mulheres em um sistema social historicamente patriarcal, em que a mulher se encontra constantemente em situação vulnerável ao homem.

[...] outra característica que define femicídio é não ser um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, mas apresentar-se como o ponto final em um continuum de terror, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas. (OLIVEIRA, COSTA e SOUSA, 2016 apud PASSINATO, 2011, p. 224).

Contextualizando historicamente a utilização do termo feminicídio, utilizado para determinar os abusos que resultam na morte da mulher, este termo origina-se em inglês de “femicide” - traduzido para o português como feminicídio⁸. Foi utilizado em 1976, pela primeira vez por Diana Russel - feminista inglesa, no Tribunal Internacional sobre Crimes contra Mulheres, realizado em Bruxelas (VÁSQUEZ, 2009; MENEGHEL; PORTELA, 2017).

No âmbito da América Latina as investigações sobre feminicídio se deram na década de 90, motivadas pelas denúncias de mulheres e familiares sobre o número crescente de mortes femininas no México, consequentes da violência de gênero (OLIVEIRA, COSTA; SOUSA, 2015). Neste país, o caso de Ciudad Juárez, Chihuahua, em que foram encontrados em lixões e terrenos baldios, grande número de cadáveres femininos com marcas de extrema violência, forçou entidades governamentais e não governamentais discutirem a violência contra a mulher e mecanismos de punição aos atos cometidos contra estas (GAYÓN, 2010). Neste sentido, o México foi o primeiro país em que o crime de feminicídio foi proposto, quando em 2004 foi introduzido ao Código Penal Federal um novo título referente a “crimes de gênero” (VÁSQUEZ, 2009).

No que tange ao cenário nacional, em 1998 Sueli Almeida defendeu que a expressão “femicídio” introduzida em 1976, evidenciava a “não-acidentalidade” nas mortes de mulheres com históricos de violência, evidenciando caráter sexista dos crimes conjugais. Ainda, evidencia a diferenciação deste ato contra a mulher - feminicídio, em relação aos termos homicídio e assassinio (ROMIO, 2010).

A pesquisa de Dutra (2012) descreve a distinção entre homicídio e o feminicídio. O segundo viola diretamente os Direitos Humanos das mulheres, quanto às causas e à maneira como ato criminoso é executado. O autor reforça que tal ato praticado contra mulheres é resultante da persistente desigualdade entre homens e mulheres enraizada em todos os âmbitos da sociedade, tornando assim o feminicídio um problema público.

Para Romero (2014, p. 375) a definição de feminicídio refere-se “todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte”.

8 “Porém, autores como Marcela Lagarde diferenciam feminicídio, ou assassinato de mulheres, de feminicídio, ou assassinato de mulheres pautado em gênero em contextos de negligência do Estado em relação a estas mortes, configurando crime de lesa humanidade”. MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9):3077-3086, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002903077&script=sci_abstract&tlng=pt]. Acessado em: 23 de março de 2018.

Considerando tal conceito de feminicídio, estudos de alguns especialistas contribuíram para a realização de uma classificação de alguns tipos de feminicídio⁹, realizado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos:

- feminicídio íntimo - refere-se aos assassinatos em que o assassino é o homem com quem a vítima mantinha ou manteve relação íntima, de convivência ou familiar. Este é o tipo mais frequente. Este tipo, pode ser subdividido em feminicídio íntimo familiar - o indivíduo que pratica o crime é da família (até o quarto grau) ou mantinha relação afetiva com a vítima; feminicídio íntimo infantil - nestes casos, somada a relação íntima ou familiar, o autor é responsável ou tem relação de cuidado sobre a vítima, neste caso, menor. Na presente pesquisa, foi o tipo de feminicídio que mais teve repercussão no periódico analisado.
- feminicídio sexual ou não íntimo - nestes casos, a vítima não mantinha relacionamento ou não tinha ligação com o autor do crime, contudo sua morte é precedida de violência sexual seguida de morte. Também pode ser subdividido em feminicídio sexual sistêmico, em que o autor tortura a vítima, pratica a violência sexual, mata e se desfaz do corpo em qualquer lugar;
- feminicídio corporativo - nestes casos, a corporação envolvida no crime refere-se ao Segundo Estado ou Estado Paralelo, caracterizada por organizações que “tomam para si” atribuições que deveriam estatais e agem à margem da legalidade. De acordo com Rita Segato (2005), estas corporações podem ser descritas como “o grupo que administra os recursos, direitos e deveres próprios de um Estado, estabelecido firmemente na região e com tentáculos nas autoridades do país”. Os crimes contra mulher que se encaixam nesta categoria são: privação de liberdade, tortura, estupro em massa, ameaças e ataques contra jornalistas e advogados, mutilação, dentre outros;
- feminicídio por conexão - nestes casos, a vítima tentava impedir ou estava próxima no ato do crime, não era o foco da agressão. Em sua maioria, são pessoas próximas à mulher que seria o foco;
- feminicídio por ocupação estigmatizada - refere-se aos atos praticadas contra a mulher em função de sua profissão: prostitutas, dançarinas, acompanhantes, garçonetes (GARCIA, 2013; DE CAMPOS, 2015; MACHADO, 2015; OLIVEIRA, COSTA e SOUZA, 2016).

9 Modelo de protocolo latino- Modelos de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio). 2014. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf], Acesso em: 06 de maio de 2018.

Com o intuito de fazer um mapeamento da violência no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, publicam o Atlas da Violência (2017). Uma das seções desta publicação refere-se à violência contra a mulher. A Tabela 1 apresenta os dados referentes aos números de homicídios de mulheres no período de 2005 a 2015.

Tabela 1 - Número de homicídio de mulheres – Brasil, 2005 a 2015

	Número de Homicídio de Mulheres										Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015
Brasil	3887	4030	3778	4029	4265	4477	4522	4729	4769	4836	4621	18,9%	-4,4%
Acre	13	15	18	13	16	19	18	16	32	20	19	46,2%	-5,0%
Alagoas	74	106	109	83	111	137	138	133	142	125	95	28,4%	-24,0%
Amapá	15	13	12	13	12	16	19	17	19	20	18	20,0%	-10,0%
Amazonas	48	53	52	63	67	65	81	118	96	80	115	139,6%	43,8%
Bahia	211	243	249	315	345	438	449	437	423	385	382	81,0%	-0,8%
Ceará	143	134	126	117	138	173	189	219	278	285	254	77,6%	-10,9%
Distrito Federal	47	49	55	64	76	66	79	77	78	60	58	23,4%	-3,3%
Espírito Santo	149	183	186	190	216	174	167	163	171	140	141	-5,4%	0,7%
Goiás	133	143	139	160	165	182	262	247	271	290	255	91,7%	-12,1%
Maranhão	58	67	63	81	87	117	131	114	131	152	148	155,2%	-2,6%
Mato Grosso	89	70	95	86	94	80	87	100	91	111	118	32,6%	6,3%
Mato Grosso do Sul	70	55	67	60	65	76	78	77	75	85	58	-17,1%	-31,8%
Minas Gerais	377	392	403	377	402	409	457	460	427	403	415	10,1%	3,0%
Pará	127	140	144	169	180	231	186	232	231	249	261	105,5%	4,8%
Paraíba	62	62	69	87	98	119	140	137	126	117	111	79,0%	-5,1%
Paraná	239	249	241	306	331	338	283	321	283	284	244	2,1%	-14,1%
Pernambuco	282	310	290	298	304	247	261	216	256	239	233	-17,4%	-2,5%
Piauí	40	32	35	38	31	40	32	46	47	63	67	67,5%	6,3%
Rio de Janeiro	507	504	416	373	350	339	366	365	387	464	387	-23,7%	-16,6%
Rio Grande do Norte	41	42	42	59	57	71	76	64	89	102	92	124,4%	-9,8%
Rio Grande do Sul	209	162	193	219	225	227	202	247	210	250	284	35,9%	13,6%
Rondônia	49	51	28	39	51	37	48	51	52	56	63	28,6%	12,5%
Roraima	11	13	19	15	24	11	10	17	36	24	29	163,6%	20,8%
Santa Catarina	68	92	70	86	93	110	74	104	102	111	97	42,6%	-12,6%
São Paulo	776	788	595	667	660	678	580	640	620	612	559	-28,0%	-8,7%
Sergipe	28	40	34	30	36	43	60	62	56	74	70	150,0%	-5,4%
Tocantins	21	22	28	21	31	34	49	49	40	35	48	128,6%	37,1%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Fonte: Atlas da Violência, 2017.

Os dados apresentados na Tabela 1 são preocupantes, tendo em vista que indicam um quadro grave em relação ao feminicídio, considerando que muitos desses poderiam ser evitados, pois até que a mulher seja vítima de uma violência fatal, ela em sua maioria, já tem um histórico de uma série de outras violências de gênero: psicológica, patrimonial, física ou sexual.

Diante de tal cenário, é relevante destacar um dos maiores marcos referentes aos avanços do governo brasileiro no que tange à legislação para o combate e punição à violência contra a mulher: a Lei nº 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”. Outro avanço, refere-se a Lei nº 13.104/2015, que tipifica o feminicídio como conduta criminosa. Tais avanços ressaltam os mecanismos que o Estado tem procurado promover, a fim de reconhecer a violência contra a mulher como ação grave e danosa à sociedade, visando fomentar a justiça de gênero com o propósito de reduzir práticas discriminatórias ainda presentes no cotidiano, bem como nos próprios sistemas governamentais.

Muitos casos de feminicídio poderiam ser evitados, considerando que até que a mulher seja vítima de violência fatal, muitas vezes a mesma foi vítima de uma série de outras violências de gênero - psicológica, patrimonial, física ou sexual. Uma rede integrada de apoio e atendimento à mulher, que envolva os serviços de saúde, delegacias e judiciários é de fundamental importância.

Neste cenário de crescente violência contra a mulher, diversos casos de feminicídio passam despercebidos pela sociedade por serem pouco evidenciados. Casos de grande repercussão e comoção geral são os que normalmente tem um destaque em notícias de telejornais ou publicações impressas, como os casos de Eloá Cristina Pimentel (2008), Elisa Samúdio (2010), Mércia Nakashima (2010).

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA

Com limites mais claros estabelecidos na contemporaneidade, a violência contra a mulher pode ser configurada das mais variadas formas possíveis. Contudo, infelizmente, quando esse assunto passa para a mídia, o que se percebe é uma cobertura episódica e factual. No geral, o tema volta à cena sempre que acontece um fato grave e violento que atrai a audiência do grande público.

Na Espanha, por exemplo, Berganza Conde (2003) relata que foi necessário um caso emblemático para que fosse iniciado um debate sério sobre o papel da mídia na cobertura de atos de violência contra as mulheres. Ana Orantes, 60 anos, foi queimada viva pelo marido após denunciar as agressões que sofreu em um programa de grande audiência no país. A autora esclarece que episódios como esse aconteceram antes, “mas o caráter endógeno e mimético da mídia favoreceu a publicidade deste caso em particular” (p. 2). A partir dessa ocorrência, os casos de violência doméstica passaram a ser explicados como um problema social no país. Deixou-se de tratar as cargas humanas e emocionais para “tornar visível a problemática da violência contra as mulheres e contribuir para a cidadania” (p. 5).

O exemplo do caso mencionado acima revela o ápice das violências sofridas pelas mulheres, o feminicídio. No Brasil, trata-se de uma qualificadora do crime de homicídio para punir com mais rigor aqueles que praticarem assassinato contra mulheres. A lei nº 13.104/2015, aprovada em 09 de março de 2015, além de alterar o art. 121 do Código Penal, incluiu o feminicídio no rol de crimes hediondos.

Para Celmer (2010), do ponto de vista da psicologia da vítima, duas razões principais para explicar o comportamento reiterado de mulheres que são vítimas de violência e, mesmo assim, não deixam seus parceiros: (1) a dependência econômica do suposto agressor e (2) as ameaças feitas pelo agressor caso elas denunciem ou continuem com o processo criminal. Sem qualquer pretensão de dar soluções ao problema a pesquisadora sugere que

A busca de mecanismos para diminuir a violência contra a mulher passa por identificar os elementos que compõem esses esquemas de reprodução de contextos violentos. Essa tarefa, contudo, não é simples, pois aquelas(es) que experimentam a aridez dolorida das situações de opressão possuem dificuldade em definirem tais experiências. Ainda que, semanticamente, violência possa ser explicada, quando sentida, é sempre inominável. Por enquanto, talvez só as(os) poetisas com sua sensibilidade consigam nomeá-la. (CELMER, 2010. p.87).

Atualmente, um fato contemporâneo tem sido ponto de partida de atos violentos contra as mulheres. Trata-se do próprio processo de empoderamento feminino que tem ocorrido nas últimas décadas. Tal fenômeno tem provocado ampla resposta machista pois agride a potência masculina e rompe de forma brusca com os padrões culturais vigentes. O empoderamento apontado aqui tem relação com a forma com a própria mulher se vê como ser livre e sujeito de direitos ou, nas palavras de Guerrero (2015)

Empoderamento é também o mecanismo pelo qual as pessoas ou coletividades vão progressivamente tomando controle de seus próprios assuntos, de sua vida e seu destino, fazendo uso da sua habilidade e possibilidades para se desenvolver autonomamente (GUERRERO, 2015, p. 62).

Essa quebra das relações de dominação, simbólicas ou não, tem ocorrido de forma traumática e violenta para as mulheres e é necessário que a mídia se posicione (a contragosto do seu dever de imparcialidade) a favor de todas as minorias para além das mulheres.

Sabe-se que a mídia, por si só não gera violência, mas é, antes de tudo, espaço onde os fatos sociais se transformam em fatos jornalísticos. A violência contra a mulher é um fato social que causa prejuízos e, por isso, o papel da mídia deve ser discutido e debatido constantemente.

Thurler (2017) em pesquisa recente, analisou casos de feminicídio ocorridos na capital federal. Uma das conclusões da autora é que a mídia acaba contribuindo na formação de uma imagem neutra do feminicida e, em vários casos, faz com que o público crie uma certa empatia por ele. A pesquisadora destaca dois casos como emblemáticos na cobertura da mídia relacionadas a violência de gênero no Brasil.

No primeiro deles temos a morte da jovem Aída Curi, 18 anos, que foi jogada do alto de um prédio na capital carioca em 1958 por amigos. Quase vinte anos depois, foi a vez de Ângela Diniz, que em 1976, foi assassinada pelo seu companheiro em uma praia da cidade de Búzios também no estado do Rio de Janeiro.

Ambos os casos causaram grande comoção social e ganharam bastante destaque da mídia, contudo, o segundo caso teve desfecho mais positivo do ponto de vista da punição da violência de gênero, pois, quando Ângela foi morta, quase vinte anos depois que Aída o,

(...) mundo vivia a Década da Mulher (1976-1985), estabelecida pelas Nações Unidas. A questão dos direitos da mulher entrou na pauta social. O feminicídio de Ângela Diniz contribuiu para impulsionar a organização das mulheres. Muitos coletivos nasceram. (THURLER, 2017. p. 474)

Em Brasília, Thurler (2017) aponta que o primeiro feminicídio registrado após a aprovação da lei que deu punição mais severa às mortes de mulheres ocorreu em junho de 2015. Um policial militar reformado matou sua companheira, Maria Lima Martins de 43 anos. De acordo com a polícia o crime teria motivos passionais e o autor teria contra ele o registro de nove boletins de ocorrência.

O fato narrado mostra como a existência de uma legislação mais severa não é a solução para o problema. A mídia não pode se omitir de seu papel, uma vez que ela também,

A mídia também seleciona, interdita ou inclui falas nesse debate. Assim, em uma sociedade marcada pelas estratificações e misoginias, a palavra da mulher tem menor valor do que a palavra masculina, diante de um Estado patriarcalizado e repatriarcalizado. (THURLER, 2017. p. 469)

Como se pode depreender do trecho acima, a mídia não permanece isenta. Ela, ao contrário, resignificando a realidade social com suas relações de poder, reforça a desigualdade entre homens e mulheres, dando espaços de fala diferenciados para cada um segundo seu sexo. Essa seleção realizada pela mídia pode configurar o que Urrutia (2010) define como a violência de gênero midiática, ou seja, aquela que se faz nos meios de comunicação através da exploração da imagem das mulheres, injuriando, difamando, discriminando ou atentando contra a dignidade das mulheres.

Miranda (2017), em sua análise da representação da violência contra a mulher na mídia pontua que a “ausência de certos assuntos da mídia não é ausente de significado: ela explica a hierarquização que os conglomerados de comunicação efetuam cotidianamente no mercado dos assuntos que são oferecidos para as consumidoras e consumidores dos produtos midiáticos” (p. 447). De acordo com a autora,

Não é possível compreender a violência midiática sem fazer referência à violência simbólica, tendo em vista que esta, exercida por meio de mensagens que transmitem e reproduzem dominação e desigualdade nas relações sociais, naturaliza a subordinação das mulheres nas sociedades e tem nos meios de comunicação um forte aliado para sua reprodução e perpetuação. (MIRANDA, 2010. p. 455)

Dessa forma, o entendimento das relações sociais estabelecidas seria o primeiro passo para avaliar como os meios de comunicação realizam a cobertura jornalística da violência contra a mulher. E não se trata de um passo fácil de ser dado, uma vez que discutir a questões de gênero ainda se apresenta como algo complicado no contexto social brasileiro. Mas o fato é que os postulados machistas têm prejudicado os próprios homens na construção de suas identidades e relações sociais, uma vez que,

Desde cedo os meninos são educados para corresponder aos mandatos de masculinidades que lhes são impostos, são confrontados em vários momentos de suas vidas com situações em que são cobrados a exibir força física, incentivados a serem agressivos e competitivos nas brincadeiras, nos esportes culminando em brigas por motivos torpes. (MIRANDA, 2017. p. 452)

Para a pesquisadora as emissoras de TV nacionais, resultantes de concessão pública, não estariam dispostas a repensar os seus conteúdos para realizar o debate adequado sobre a violência contra a mulher para a sociedade. É necessário, segundo ela, que haja uma intensa mobilização social para que se evite a descontextualização de casos, fato que resultaria na invisibilidade das mulheres vítimas de violência. Ela propõe quatro quesitos a serem seguidos no momento da produção de notícias sobre violência contra a mulher: (1) que não se destaque a potência do agressor; (2) que não desresponsabilizem o autor pelo crime que cometeu; (3) que evitem uma abordagem romantizada do crime e (4) que não culpabilizem a vítima.

Nesse sentido, Guimarães (2010), em sua tese de doutoramento que analisou a imagem da violência urbana no cinema documentário brasileiro, critica aquilo que ela define como jornalismo declaratório, pois, não existiria um debate ou uma contextualização correta dos fatos noticiosos. Para a autora,

É interessante observar que, diariamente, há uma avalanche de notícias sobre violência, em diferentes meios de comunicação. No jornalismo, se lida com o fator tempo, quase sempre escasso, no percurso do ciclo, que vai da apuração à divulgação dos fatos. Neste panorama, nas informações veiculadas, as fontes são a polícia e a sua ação sobre os bandidos e as vítimas. Com os depoimentos de ambos, realiza-se o chamado “jornalismo declaratório”. (GUIMARÃES, 2010. p. 71)

Esse jornalismo declaratório tem prejudicado as discussões em torno da cobertura jornalística da violência, em especial, da violência contra a mulher. Concordamos com a autora que o fator tempo pode prejudicar a confecção das notícias, contudo, ele não pode ser desculpa para um jornalismo raso e focado apenas no viés econômico do veículo. Coberturas jornalísticas presas apenas às versões dos boletins de ocorrências em nada contribuem com o debate.

Para além de tudo isso, o debate midiático deve procurar retirar os crimes de violência contra a mulher do ambiente doméstico com a desconstrução de discursos socialmente construídos do tipo: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

No Tocantins, estado que figura na 11ª colocação no ranking nacional de violência contra a mulher¹⁰, após a aprovação da lei nº 13.104/2015 de 09 de março de 2015 tipificou o

¹⁰ Tocantins ocupa a 11ª posição no ranking nacional de Violência contra a mulher. Disponível em: [http://conexaoto.com.br/2015/01/12/tocantins-ocupa-a-11a-posicao-no-ranking-nacional-por-violencia-contra-a-mulher]. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

crime de feminicídio a primeira notícia acerca de casos de violência contra as mulheres foi publicada logo no dia seguinte. Trata-se do caso da professora Heidy Aires que foi morta dentro de sua própria casa na Quadra 1204 sul na capital do Tocantins¹¹.

Apesar de dividir espaço com uma ampla reportagem sobre a nova legislação recém aprovada, o autor do crime contra Heidy não responderia pelo crime de feminicídio pois ela foi morta no dia 6 de dezembro de 2014 (ano anterior a criação da lei do feminicídio) e o principal suspeito do crime era o seu esposo, Alan Moreira Borges.

Prado e Sanematsu (2017) afirmam que a caracterização do feminicídio foi um marco importante para coibir os assassinatos de mulheres no país, contudo, asseveram que “é fundamental conhecer suas características e, assim, implementar ações efetivas de prevenção” (p. 9). Ocorre que, existe grande resistência para a utilização do termo por juristas, órgãos de segurança pública e a própria mídia. Para as autoras o debate é importante pois visa,

Construir no âmbito da sociedade e do Estado a compreensão de que são mortes que acontecem como desfecho de um histórico de violências. Para, assim, implementar ações efetivas de prevenção. Contudo, o enfrentamento às raízes dessa violência extrema não está no centro do debate e das políticas públicas com a intensidade e profundidade necessárias diante da gravidade do problema. Para entender o que é o feminicídio é necessário compreender o que é a violência de gênero, já que o crime de feminicídio é a expressão extrema, final e fatal das diversas violências que atingem as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias. (PRADO; SANEMATSU, 2017. p. 10)

Nesse contexto, é importante que os veículos de comunicação abordem o assunto de forma mais contextualizada e utilizando termos que produzam reflexão sobre a temática. Berganza Conde (2003) levanta a hipótese de que está ocorrendo uma feminização da atividade jornalística e que tal fato, apesar de haverem poucas mulheres nas áreas gerenciais, pode aumentar a margem de influência nas decisões, melhorando o tratamento das informações sobre violência de gênero. É óbvio que, apenas o fato de ser mulher não faz o profissional de comunicação apto à cobertura da violência contra a mulher numa perspectiva de direitos. É necessária, antes de tudo, uma formação adequada para trabalhar com a temática.

Infelizmente, em muitos casos de violência contra mulheres apresentados nos meios de comunicação, os veículos reproduzem discursos de violência simbólica e dominação masculina, chegando até mesmo ao ponto de colocar as vítimas da violência como culpadas pelas agressões que sofreram. Conforme apontado por Blay (2003). A autora esclarece que

¹¹ JORNAL DO TOCANTINS, Nº 6393, de 10 de março de 2015.

Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. É mais freqüente em países de uma prevalecente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero (BLAY, 2003. p. 2).

Como exemplos de casos ocorridos aqui no Brasil, podemos citar o da adolescente Eloá Cristina Pimentel (de apenas 15 anos) que foi mantida em cárcere privado por cerca de 100 horas no apartamento onde morava com a família na periferia da cidade de Santo André em São Paulo¹². O ex namorado da adolescente, Lindemberg Alves (22 anos), invadiu o apartamento no dia 13 de outubro de 2008, portando uma arma de fogo, e fez a adolescente e uma grupo de amigas reféns.

No desfecho da ocorrência, a adolescente foi morta e uma amiga foi atingida com um tiro no rosto. Grande parte da mídia foi criticada pelo enfoque dado ao caso, apresentando Lindemberg como um jovem apaixonado e que estava agindo motivado pelo amor que sentia pela vítima. A apresentadora Sonia Abrão chegou a conversar com o autor do crime ao vivo em seu programa de televisão.

Barros et al, (2013) em pesquisa sobre a interferência de Sonia Abrão no caso da adolescente Eloá, os pesquisadores concluíram que a apresentadora atrapalhou a atuação da polícia nas negociações, pois, durante seu programa entrou ao vivo com uma entrevista ao autor do crime através de uma ligação telefônica. Além de deixar a linha telefônica ocupada, impedindo os trabalhos dos negociadores da polícia, a apresentadora em nada contribuiu para o debate sobre a violência de gênero:

A partir da participação da jornalista como agente negociadora, é possível identificarmos a espetacularização da audiência, visto que o sensacionalismo pesado em cima do caso foi à arma certa utilizada pela emissora, produção e direção do programa. Visto que desta forma foi possível auferir mais alguns números no ibope, que reflete diretamente na publicidade e retorno comercial da atração e, conseqüentemente, também, da rede televisiva. (BARROS et. al. 2013. p. 360).

O papel social do jornalismo foi posto de lado em razão de sua existência como negócio que visa, antes de tudo, altos índices de audiência e posteriores lucros com anunciantes. O debate deve se perpetuar até que as questões de gênero deixem de ser tabu e passem a ser pauta constante nas grandes redações e nos veículos de mídia regional.

¹² O caso Eloá. Reportagem. Disponível em: [<https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/caso-eloa-linhadotempo/caso-eloa.htm>]. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

Contudo, as críticas ao jornalismo que cobre a violência contra as mulheres não cessam. Estudos apontam que ainda persiste uma tendência dos veículos em culpabilizar as mulheres que sejam vítimas de violência. Monteiro (2016) relatada o fato que deu origem a sua pesquisa:

Em 9 de janeiro de 2009, o jornal Folha de S. Paulo (FSP) publicou, no miolo do caderno *Cotidiano*, notícia de que a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo estavam investigando uma denúncia que apontava Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana assistida, como principal suspeito de cometer crimes sexuais contra pacientes. Nessa ocasião, o referido veículo de comunicação escolheu usar o substantivo “acusadoras” para definir as mulheres que denunciaram o agressor (MONTEIRO, 2016, p. 9).

O principal questionamento da pesquisa da autora gira justamente em torno da utilização do termo “acusadoras”. Por que não “vítimas”? Para a autora, a cobertura seguiu pautada nos “valores morais do senso comum, que culpabiliza a vítima de violência sexual pelo crime” (p. 9). Nesse sentido, a cobertura realizada pelo Folha de S. Paulo poderia até ter prejudicado os trabalhos de investigação realizados pela polícia e pelo Ministério Público.

Por outro lado, a pesquisa constatou que, apesar dos erros cometidos no acompanhamento do caso, a cobertura dada pela mídia foi fundamental para a condenação do réu, conforme relatado pelo promotor no caso em entrevista concedida a autora.

A participação da FSP, em especial, foi decisiva, uma vez que outros veículos de comunicação (incluindo a própria Rede Globo) haviam se negado a cobrir o caso. Também para nossa surpresa, a abertura do caso para a imprensa foi uma decisão do promotor, quando ele percebeu que o inquérito estava sendo ameaçado por uma série de “golpes do destino”, entre eles o sumiço do processo de dentro do fórum da Barra Funda, na capital paulista, e a abertura de processo criminal contra uma das testemunhas pelo réu (MONTEIRO, 2016, p. 10).

Como se vê, entre erros e acertos, a mídia tem procurado desempenhar seu papel de fiscalizar e acompanhar de perto casos de violências contra a mulher. Contudo, vislumbra-se que esse acompanhamento só tem ocorrido em casos de grande repercussão social, por isso, aptos a obter grande audiência. Para isso, a mídia recorre ao sensacionalismo factual como forma de atrair público. Uma prova de que esses casos de repercussão atraem grande público é o fato de que recentemente a TV Globo anunciou o lançamento de uma série de TV¹³ baseada na vida de Roger Abdelmassih.

No caso relatado acima pode-se afirmar que a grande repercussão dos crimes cometidos tenha causado não somente no fato de terem sido cometidos contra mulheres

¹³ Globo vai produzir série sobre o médico Roger Abdelmassih. Reportagem. Disponível em: [https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/08/15/globo-vai-produz-serie-sobre-o-medico-roger-abdelmassih.htm]. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

procuravam o médico em busca de tratamentos para fertilidade. O perfil das vítimas, mulheres da classe média ou alta também foi fator relevante, uma vez que crimes contra a liberdade sexual ocorrem aos montes no país, mas sem o mesmo acompanhamento realizado pela mídia até o desfecho final.

Por isso, na cobertura jornalística da violência contra a mulher, é necessário que seja feito um verdadeiro debate social sobre suas causas e consequências, com a apresentação de estudos científicos ligados à área da igualdade dos gêneros e dados estatísticos desse tipo de ocorrência tão cotidiana em todas as classes sociais brasileiras.

Esses debates sobre a igualdade dos gêneros são necessários para que ocorra, conforme Gomes e Miranda (2017, p. 99), uma “desconstrução dos paradigmas suplantados pela dominação patriarcal, conforme Bourdieu (1999)”. Contudo, os autores esclarecem que esse processo de desconstrução

(...) demanda mais tempo na história do que a construção e formalização de leis e normativas que visem o fim dessa dominação. Dominação essa que acaba por se perpetuar através dos meios de comunicação de massa que padronizam discursos de dominação historicamente aceitos como válidos (GOMES; MIRANDA, 2017, p. 99).

O tempo necessário para promover mudanças de comportamento decorrentes de uma mudança cultural parece ser demasiado longo. Afinal, não foi de uma hora para outro que as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres foram estabelecidas. Todos os agentes sociais devem empreender esforços nesse sentido. Família, escola, igrejas, instituições públicas, empresas privadas, poderes constituídos e a mídia devem fazer a sua parte nesse processo de desconstrução de paradigmas.

No que tange ao papel da mídia, entendemos que ela deve buscar caminhos possíveis para reduzir as desigualdades estabelecidas pois possui uma visibilidade e destaque social que a coloca em situação de proeminente relevância. Para Menezes (2017):

Os meios de comunicação têm um papel cada vez mais central na formação de consensos na sociedade, fruto de uma relação dialética de representações (re)estruturadas e (res)significadas não de forma impositiva e alienadora, mas dentro de um processo social efetivo (MENEZES, 2007, p.1).

É possível aquiescer com Nagasava (2012) quando a pesquisadora aponta que discutir “gênero e sua naturalização se torna de fundamental importância para compreender a dinâmica dos relacionamentos entre homens e mulheres e como a violência se instaura na sociedade tornando-se uma prática habitual. Apesar dos avanços na área da igualdade entre os gêneros, é necessário muito mais tempo para que ocorram as mudanças culturais necessárias.

A autora traz dados impressionantes da OMS que apontam uma aceitação inadmissível da violência por parte das próprias vítimas. De acordo com o levantamento realizado em 2005, no Brasil, 10% das mulheres da área urbana e 30% da área rural justificam a violência do homem se a mulher foi infiel. A mesma pesquisa também apontou que também é aceitável a agressão por 10% quando a mulher é tida como desobediente ao seu companheiro e 5% quando a mulher não terminou alguma atividade doméstica (NAGASAVA, 2012. p. 21).

Não existe saída fácil para o combate desse tipo de crime. Em muitos casos, as vítimas se encontram em situação de grave degradação moral, fato que as impede de se posicionar contra seus agressores que tendem a aumentar o nível das agressões:

As mulheres que já foram vítimas de violência por seu parceiro pelo menos uma vez estão mais suscetíveis a serem vítimas de violência grave em algum momento. A maioria das mulheres sofreu esse tipo de violência há mais de um ano, o que demonstra a dificuldade em sair do relacionamento violento e a falta de recursos das instituições para ajuda-las (NAGASAVA, 2012. p. 20).

Nesse diapasão, pode-se concluir que a violência de gênero está estabelecida como um padrão cultural no Brasil e, mudar padrões culturais exige tempo e educação. Sobre, os estudos de Celmer (2010) vem a calhar:

O cultural influencia na construção dos aspectos psicológicos dos seres humanos, esses aspectos, por sua vez, auxiliarão na reprodução da cultura. Enquanto as violências estiverem arraigadas nos seres como maneira preponderante de comunicação, as situações de violência irão continuar. Transformar padrões culturais é uma das mais árduas tarefas de serem operadas, pois desestruturam certezas até então consolidadas. (CELMER, 2010. p. 87).

Essa transformação dos padrões culturais apontados pela autora passa pelo engajamento dos mais variados setores da sociedade organizada e de políticas públicas que favoreçam as mulheres vítimas de violência.

Os estudos de Scott (2012) também apontam a grande força dos fatores culturais na construção de significados que estabeleçam as diferenciações entre os gêneros. Para a autora, as percepções das diferenças sexuais seriam hierarquizadas de forma binárias atribuindo-se valores opostos aos corpos masculinos e femininos.

Nessa pesquisa procura-se compreender como o fazer jornalístico tem operado na cobertura específica desse tipo de evento, uma vez que, sabemos, as informações são organizadas hierarquicamente nos veículos de comunicação. Souza (2009) pontua como se dá essa escolha nos veículos, esclarecendo que os jornalistas têm papel fundamental na seleção e na forma de como as notícias serão publicadas.

Note-se que, em cada notícia ou reportagem, as informações são organizadas hierarquicamente. Mas essa hierarquização se dá também em nível macro, ou seja, no jornal como um todo, já que, diariamente, elege-se uma manchete e algumas submanchetes, organizadas na primeira página também em ordem decrescente de importância, o que se repete no interior de cada editoria ou seção e de cada página. Diante disso, pretendemos enfatizar que o jornal – tanto as partes como o todo – é um produto trabalhado, “manipulado”. Os jornalistas, conforme demonstrado, selecionam as notícias e os aspectos das mesmas que consideram mais importantes. É a isso que seu público terá acesso. Trata-se, pois, de um recorte e de uma versão da realidade. (SOUZA, 2009. p. 26).

A forma como são relatados os crimes de violência contra a mulher passam pela seleção dos jornalistas e dos veículos para os quais trabalham e o levantamento de notícias preliminar demonstrou que são os acontecimentos mais graves que ganham repercussão no periódico analisado na presente pesquisa.

Os casos de feminicídio e crimes contra a liberdade sexual são os mais noticiados, conforme levantamento realizado pelo pesquisador, nas 211 notícias levantadas nas páginas do Jornal do Tocantins entre os anos de 2015 e 2017, em detrimento da grande maioria das ocorrências registradas pela Polícia Militar o Estado serem de fatos ligados a ocorrências de agressões físicas, verbais e até mesmo ameaças.

Ocorre que essas ocorrências mais cotidianas acabam destoando da necessidade econômica geral da mídia: vender seus produtos, por isso, a cobertura da violência contra a mulher ainda está eminentemente presa a função de busca da audiência do jornalismo. É isso o que Casagrande e Peruzzolo (2012) concluíram que

Duas das principais funções atribuídas à mídia, educação e informação, perdem importância e relevância para uma terceira função, o entretenimento, o qual melhor encaixa-se nas necessidades econômicas dos conglomerados midiáticos (CASAGRANDE; PERUZZOLO, 2012, p. 251).

O ideal é que a cobertura da violência contra a mulher seja veiculada através do viés educativo e informativo da mídia, deixando de lado, se é que isso é possível, as concepções econômicas. Contudo, a verdade é que, conforme pontuado por Freire e Carvalho (2008, apud CASAGRANDE; PERUZZOLO, 2012, p. 251) a “violência é um produto lucrativo e a mídia estimula o seu consumo através do conteúdo representado”.

Contudo, isso não que tem ocorrido. Moreno (2012) acredita que as mulheres têm sido esquecidas pela mídia de forma geral. A elas é dada pouca visibilidade na política, ciência e tecnologia, economia, cinema, etc. Quando há espaço as notícias se apresentam superficiais e, na maioria das vezes, se limitam a datas relevantes para os movimentos feministas no Brasil como o dia internacional da mulher ou o aniversário da Lei Maria da Penha. Ainda

predominam a exposição do corpo nas propagandas de televisão e a ridicularização, sempre com viés de submissão.

Não existe isenção na reprodução dos acontecimentos que se transformam em fatos jornalísticos. Mesmo que se queira reivindicar uma certa independência, sabe-se que existem, segundo Traquina (2004), diversos fatores ligados a produção da notícia (natureza da profissão, pressões do veículo, rapidez necessária para o fechamento da pauta, competitividade, etc.), acabam por pressionar os profissionais e escrever desta ou daquela forma, por isso, é necessário analisar como se tem tratado a cobertura jornalística da violência contra a mulher.

É urgente rever as formas de como as narrativas das notícias deste tipo de cobertura são realizadas. A simplificação dos episódios sem a devida contextualização é prejudicial ao debate social sobre o tema. Aqui não se pode cair na lógica da simplificação “complexificadora” proposta por Juremir Machado da Silva (2000) que coloca o jornalista apenas como mensageiro que tem o tempo a seu favor e para quem o jornal do dia anterior não conta mais. Seria a própria miséria do jornalismo neste tipo de cobertura.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados a esta pesquisa que objetiva analisar a cobertura jornalística dos crimes de violência contra a mulher. Cada fase utilizada será detalhada, descrevendo o método e critérios empregados, bem como as técnicas utilizadas para tratamento e análise dos dados.

Feito um levantamento bibliográfico criterioso, a fim de apresentar os conceitos iniciais de violência e violência na mídia, a presente pesquisa objetiva analisar a cobertura jornalística dos crimes de violência contra a mulher.

O levantamento das notícias que fazem parte do corpus da pesquisa foi realizado com base nos fatos noticiosos que apresentem elementos caracterizadores de violência contra a mulher ou que apresentem discussões relevantes sobre a temática.

Foram trabalhadas apenas as notícias que versem sobre fatos e acontecimentos do estado do Tocantins, por isso, os dados referentes a casos ocorridos em outros estados da federação ou outros países foram desconsiderados.

Em relação às escolhas metodológicas, entende-se que devem primar pelos métodos mais eficazes para a consecução dos objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, quanto aos objetivos desta pesquisa, a mesma poderá ser classificada como exploratória, tendo em vista a busca por apresentar detalhes sobre a temática abordada, por meio de levantamento bibliográfico (GIL, 2010). Nesta etapa, foram consideradas definições e fatores apresentados por pesquisadores do tema, buscando recortes teóricos com o intuito de apresentar os conceitos gerais de violência, violência contra a mulher e violência na mídia, a fim de possibilitar melhor compreensão, facilitando a aplicação do conhecimento na etapa seguinte (LAKATOS, 1992). Feito um levantamento bibliográfico criterioso, a presente pesquisa objetivou analisar a cobertura jornalística dos crimes de violência contra a mulher.

No que se refere ao aspecto da natureza da pesquisa, a mesma pode ser classificada como qualitativa-quantitativa. É qualitativa na medida em que, segundo Triviños (1987) trabalha dados (notícias de violência contra a mulher), procurando inferir seus significados dentro de um contexto, nesse caso a mídia local tocantinense. De outro modo, é uma pesquisa quantitativa, pois, de acordo com Mattar (2001), realiza a análise de um grande quantitativo de notícias representativas de casos de violência contra a mulher.

Na coleta dos dados foram seguidos os procedimentos da pesquisa documental. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Na presente pesquisa os dados foram obtidos nas edições do impresso do Jornal do Tocantins no período de 10 de março de 2015 a 16 de setembro de 2017, com prazo final da coleta estabelecido em virtude no prazo acadêmico estipulado pelo programa. Ao final, foram identificadas 211 notícias no período de amostragem, sendo 74 notícias em 2015, 104 notícias em 2016 e 33 notícias em 2017.

Quanto às técnicas de análises de dados, o pesquisador optou pela análise de conteúdo, conforme apresentado a seguir.

4.1 Do Periódico Escolhido

Diante do contexto exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Tocantins, tomando como material empírico a mídia impressa local no período de 10 de março de 2015 a 16 de setembro de 2017.

A data inicial foi escolhida, conforme previamente apresentado, pela aprovação da lei que criou no âmbito da justiça penal brasileira o crime de feminicídio, incluindo o mesmo no rol de crimes hediondos. O termo final, conforme apontado anteriormente, foi estabelecido em virtude dos prazos acadêmicos estipulados pelo programa de pesquisa, e ficou definida a data de 16 de setembro de 2017, pouco menos de um mês antes do procedimento de qualificação.

Para tanto, foi escolhido para a coleta de dados, o Jornal do Tocantins, maior periódico do estado do Tocantins que circula diariamente, com exceção das segundas feiras.

O caderno de notícias, que completou 37 anos em 2016, é o mais tradicional no estado e, hoje, circula com um total de 12 páginas desde o dia 23 de agosto de 2016 quando sofreu alteração em seu formato para otimizar o conteúdo e o custo de produção. O editor chefe do jornal, Tião Pinheiro, em artigo publicado na edição de lançamento do novo formato, esclareceu que

Esse novo projeto é fruto de consulta a leitores, internautas, mercado e profissionais que transformaram as informações colhidas em um *Jornal do Tocantins* moderno, bonito e fácil de ler, proporcionado um novo jeito de ver notícia. Mas sem perder de

vista o compromisso com a notícia e valores que são princípios do *GJC* como ética e responsabilidade social.¹⁴

O periódico escolhido tem importância histórica para o estado pois foi o primeiro jornal de circulação a ser criado no norte goiano, que posteriormente se tornou o Tocantins, ainda em 1988, e se mantém até os dias de hoje como referência. Já chegou a circular com 24 páginas, contudo, segundo Costa (2016), teve seu tamanho reduzido devido a problemas administrativos, sendo um modelo de resistência no cenário de crises financeiras que tem atingido os jornais impressos pelo país.

As considerações de Costa (2016) apontam para um quadro de questionamento sobre a continuidade da imprensa escrita na cultura jornalística moderna. Apesar disso, os jornais impressos continuam ocupando seu espaço na função de informar o público e vender notícias. A escolha de jornal impresso para a análise da cobertura da violência de gênero no estado durante a pesquisa, se justifica justamente na sobrevivência desse tipo de difusão de informação mesmo com o crescente aumento de meios de informação conectados à internet e também por que o jornal é um importante veículo para a formação da opinião pública tocantinense.

A resistência do Jornal do Tocantins no passar dos anos, torna o periódico uma representação da própria cultura de produção de notícias no Estado e, a forma como ele alicerçou os vínculos subjetivos com os seus assinantes, podem apontar a forma de como o impresso cobre a violência contra a mulher.

No que tange a esse vínculo criado com o leitor/consumidor tocantinense, podemos apontar os estudos de Viana (2013) que afirma que, no decorrer do tempo é firmado uma espécie de contrato de leitura que une o veículo ao seu destinatário.

Verón (2004) chama esse vínculo de contrato enunciativo que “se cumpre essencialmente não no plano do conteúdo, mas no plano das modalidades do dizer. [...]” (p. 276). Trazendo a análise do autor para o caso do Jornal do Tocantins, mostra-se que o impresso analisado tem conseguido administrar esse vínculo e manter-se vivo, mantendo público considerável mesmo com o passar dos anos.

Ademais, a escolha do jornal impresso se justifica tendo em vista que ainda é um meio de comunicação largamente utilizado no estado para a obtenção do produto informação.

¹⁴ Jornal do Tocantins, Edição nº 6.847 de 23 de agosto de 2016, Terça Feira.

Outrossim, pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas¹⁵, que levantou a confiança do brasileiro nas instituições, mostram que a Imprensa Escrita está em terceiro lugar, perdendo apenas para as Forças Armadas e Igreja Católica, estando a frente das Redes Sociais, Polícia e, inclusive, emissoras de TV.

Escolhido o veículo, passou-se à escolha das notícias que serão analisadas. Foram recolhidas notícias que verssem sobre a violência de gênero. O enfrentamento desse tipo de violência enquanto fenômeno social concreto também passa pela forma como a mídia, nesse caso a imprensa, reproduz essa espécie de fato noticioso.

4.2 A violência contra a mulher como valor notícia

É notório que a violência contra a mulher, em certos casos, é dotada de noticiabilidade, segundo os critérios apontados por Traquina (2004). Os critérios de valores-notícia estabelecidos pelo autor, conforme ele mesmo argumenta, são uma forma de ver o mundo e noticiá-lo. Estes critérios serviram de base para a escolha e análise das notícias colecionadas durante a pesquisa de campo.

Devido à natureza da investigação, com a necessidade de colecionar notícias sobre violência de gênero publicadas no Jornal do Tocantins, foi realizada a assinatura da versão digital do periódico. A versão digital disponibilizada tem o mesmo formato e conteúdo da versão impressa entregue diariamente aos assinantes do veículo.

Um levantamento teste foi realizado para determinar a quantidade de notícias sobre violência de gênero que o jornal publicou a partir do dia 10 de março de 2015 – com a criação do crime de feminicídio, conforme apontado anteriormente - até o final deste mesmo ano. Todas as edições foram analisadas, coletando o quantitativo de relatos jornalísticos mencionados apontados na Tabela 2:

Tabela 2 - Levantamento teste

Mês – 2015	Notícias sobre violência de gênero
Março	09
Abril	05

¹⁵ Confiança do brasileiro cai na maioria das instituições entre 2014 e 2015, segundo ICJBrasil, da FGV Direito SP. Reportagem. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/noticia/confianca-brasileiro-cai-maioria-instituicoes-entre-2014-2015-segundo-icjbrasil-fgv-direito>>. Acesso: 30 out. 2017.

Maio	10
Junho	14
Julho	07
Agosto	07
Setembro	05
Outubro	08
Novembro	09
Dezembro	01
TOTAL	75

Fonte: Elaborado pelo autor

Previamente, já foi possível verificar que as notícias colecionadas no periódico, tratam basicamente de crimes contra a vida e crimes contra a liberdade sexual. Ambos os crimes são o ápice da violência sofrida por milhares de mulheres no Brasil e no mundo, sendo que a violência mais cotidiana são agressões físicas no ambiente doméstico. Contudo, tais crimes contra as mulheres são ignorados pela mídia regional, ao que parece por não terem valor notícia.

A data inicial foi escolhida, conforme apresentado previamente, pela aprovação da lei que criou no âmbito da justiça penal brasileira o crime de feminicídio. Trata-se de uma qualificadora do crime de homicídio para punir com mais rigor aqueles que praticarem assassinato contra mulheres. A lei nº 13.104/2015, aprovada em 09 de março de 2015, além de alterar o art. 121 do Código Penal, incluiu o feminicídio no rol de crimes hediondos.

Na busca pela cobertura da violência contra a mulher, foi realizado um recorte especial para os crimes de Feminicídio noticiados no Jornal do Tocantins para uma análise do tipo de cobertura que é realizada nesses casos. Entendemos como necessário, pois esse tipo penal é o ponto mais alto da violência contra a mulher. De acordo com o Mapa da Violência 2015¹⁶, entre os anos de 1980 e 2013, mais de 100.000 mulheres foram vítimas de assassinato. Somente em 2013 foram 13 feminicídios por dia.

4.3 Da análise de Conteúdo

A análise de conteúdo proposta pela pesquisadora Laurece Bardin (1977) foi utilizada como norteadora dos trabalhos de exame das notícias. Procurou-se seguir as etapas da

¹⁶ Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015). Disponível em [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/]. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

investigação apontadas pela autora no sentido de organizar a análise, codificar, categorizar, tabular e realizar as inferências científicas necessárias.

Para Castro (2009, p. 51), “a organização da análise compreende uma exploração do material e constituição do corpus de pesquisa”. Foram analisadas notícias sobre violência contra a mulher veiculadas no Jornal do Tocantins a partir da edição do dia 10 de março de 2015 até a edição de 16 de setembro de 2017, período considerado significativo para a coleta de notícias sobre violência contra a mulher. Durante o período analisado, totalizou-se 211 notícias.

A codificação das notícias levantadas foi realizada com base no referencial teórico sobre o tema da pesquisa. Nesses termos, Bardin esclarece:

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 1977, p.103).

Foram consideradas notícias completas sobre violência contra a mulher tendo em vista que o levantamento teste realizado, comprovou que esse tipo de notícia é constante no periódico analisado.

Para fins de categorização dos dados coletados, foram tomados como alicerce da pesquisa os estudos Marques de Melo (2003) a respeito dos gêneros jornalísticos. Esses gêneros nada mais são do que os meios que os jornalistas buscam para se comunicar e repassar a informação.

O autor divide didaticamente o jornalismo em dois gêneros: o informativo e o opinativo. Resumidamente, para autor, pode-se afirmar que é informativo o relato jornalístico que atende à necessidade dos leitores de “saber o que se passa”, sendo produzidos de forma descritiva da realidade. Por outro lado, os relatos opinativos apresentariam a versão dos fatos, atribuindo valores para que os receptores saibam “o que se pensa sobre o que se passa”.

Os relatos jornalísticos coletados serão classificados de acordo com as categorias elencadas pelo autor nos termos da Tabela 3:

Tabela 3 - Classificação dos gêneros jornalísticos

Jornalismo informativo	Jornalismo opinativo
<ul style="list-style-type: none"> · Nota · Notícia · Reportagem · Entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> · Editorial · Comentário · Artigo · Resenha ou crítica

	<ul style="list-style-type: none"> · Coluna · Crônica · Caricatura · Carta
--	--

Fonte: Marques de Melo (2003)

A autor é zeloso ao definir especificamente cada gênero jornalístico, conforme Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Formatos do jornalismo informativo

Formato	Definição
Nota	Relato do acontecimento que está em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia (AÇÃO – AGENTE – TEMPO – LUGAR – MODO – MOTIVO) são conhecidos. Trata-se de um “furo”: antecipação de um fato que pode gerar notícia. Nutre-se dos boletins informativos difundidos pelas fontes (...).
Notícia	Relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente respostas às perguntas de Quintiliano (QUE + QUEM + QUANDO + COMO + ONDE + POR QUE), transformadas em fórmula jornalística (3Q + CO + PQ). Narrado em “pirâmide invertida”, compões-se de duas partes: “cabeça” (lead) e “corpo” (body). Privilegia o “clímax” (sensação) evitando a “cronologia” (nariz de cera).
Reportagem	Relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e “tempo”, além das “versões” dos “agentes” (...).
Entrevista	Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de “apuração” dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando “voz” aos “agentes” da cena jornalística. O repórter assume a função de “mediador”, assumindo empaticamente o papel de “intérprete” do receptor.

Fonte: Costa (2010a, p.55)

Tabela 5 - Formatos do jornalismo opinativo

Formato	Definição
Editorial	Expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. (...) Opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (...) Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir (...).
Comentário	(...) Explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências. Nem sempre emite uma opinião explícita. O julgamento dos fatos é percebido pelo raciocínio do comentarista, pelos rumos da sua argumentação (...).
Artigo	Matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando (...).

Resenha	Apreciação das obras de ou dos produtos culturais, com finalidade de orientar a ação dos fruidores e consumidores. Não tem a intenção de oferecer julgamento estético. Tem função eminentemente utilitária. Ao mesmo tempo em que sinaliza aos consumidores, dialoga com os produtores, oferecendo pistas para autores, diretores e atores (...).
Coluna	Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência.(...) Tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Aparentemente tem caráter informativo, mas na prática é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo.
Crônica	Formato genuinamente brasileiro, corresponde a um relato poético do real. Gira permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística.
Caricatura	Forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo. Sua origem semântica corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar (...) Os caricaturistas atuam como a consciência da sociedade, revelando uma tendência nitidamente oposicionistas.
Carta	Espaço facultado aos cidadãos para que expressem seus pontos, suas reivindicações, sua emoção.

Fonte: Costa (2010a, p.64 e 65)

A presença ou ausência de determinados tipos jornalísticos poderá determinar o tipo de tratamento que o periódico, objeto deste estudo, dá aos fatos jornalísticos apresentados em suas páginas.

4.4 Tratamento e análise dos dados

Nesta etapa, os dados levantados no procedimento de campo foram tratados através de métodos estatísticos. Assim, reduzir a subjetividade dos dados apresentados, sendo possível confrontar o cenário levantado na busca bibliográfica com o cenário prático.

Foi realizada a categorização dos dados, que visa classificar os elementos de acordo com aquilo que possuem em comum, as notícias foram agrupadas de acordo com critérios que foram definidos após o levantamento teste. Para a coleta de dados utilizou-se as categorias: título da manchete, data da notícia, local do crime, tipo de violência, fonte, relato jornalístico.

Para a tabulação dos dados foi utilizado o Google Sheets para a quantificação de todos os dados levantados na pesquisa de campo. O programa permite destacar determinadas variáveis e comparar categorias específicas da pesquisa. Além do mais, facilita a confecção e produção de tabelas e gráficos que serão colacionados na pesquisa.

Para a contagem da categoria de tipo de violência, primeiro padronizou-se os termos diferentes usados para o mesmo tipo de crime, por ex: “Tentativa de estupro” e “Estupro - tentativa”. Feito o agrupamento, o software fez a contagem de ocorrências, gerando um gráfico que permitiu averiguar qual o tipo de violência contra a mulher predominou nas notícias selecionadas. O que estará em análise nesse ponto de coleta é o bem jurídico que o ato violento afeta ou a qualidade desse bem, levando-se em conta a legislação penal brasileira vigente.

Na categoria local do crime, o gráfico foi produzido após o software realizar a contagem de ocorrências de notícias com base na coluna local do crime. Aqui, a finalidade foi levantar se a cobertura da violência no estado é focalizada na capital e nas maiores cidades: Palmas, Araguaína e Gurupi.

Para a análise da categoria data da notícia, as notícias diárias selecionadas foram agrupadas apenas pelo mês e o ano, realizando posteriormente a contagem das mesmas gerando o gráfico que permitiu analisar quais os períodos tiveram maior incidência de notícias e o que poderia motivar a maior ocorrência no período em destaque.

A categoria tipo de relato considerou os tipos de relatos apresentados por Marques de Melo (2003). Para a elaboração do gráfico desta categoria, os tipos de relatos identificados na pesquisa foram agrupados, sendo feita a contagem para verificar qual tipo jornalístico predominou nas notícias de violência contra a mulher, no período analisado pela pesquisa.

Para a coluna fonte, foram padronizados os termos diferentes usados para a mesma fonte, semelhante ao realizado na contagem de tipo de violência. Em seguida, feito o agrupamento e a contagem, gerando o gráfico. Levantar se são fontes oficiais, especialistas, ou outras espécies de fontes é importante para a pesquisa, pois podem determinar a forma de produção das notícias que tratam da temática violência gênero.

A última etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), diz respeito a extração de inferências daquilo que foi levantado nas etapas anteriores. Para tanto foram utilizados estudos anteriores realizados sobre o fenômeno da violência de gênero e a sua cobertura realizada pela mídia, conforme referencial teórico levantado.

Acredita-se que operacionalizar a pesquisa com esse tipo de análise permitiu a identificação de constructos de representações de gênero na construção do próprio relato jornalístico, através do enquadramento que porventura sejam dadas as notícias e as qualidades que venham a ser ressaltadas na produção do conteúdo no periódico analisado.

5 COBERTURA JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS

Este capítulo apresenta a análise das notícias sobre violência contra mulher selecionados para o estudo no Jornal do Tocantins. Para alcançar o objetivo proposto e, assim, responder o problema da pesquisa, foram levantadas as notícias jornalísticas sobre violência contra a mulher, a fim de averiguar como estas são veiculadas no Jornal do Tocantins. Ainda, na análise das notícias foram levantadas quatro variáveis independentes: que elementos tornam as notícias de violência contra a mulher aptas a se tornarem notícia; as principais fontes das notícias e o tratamento da repercussão; a distribuição geográfica das notícias; e, a existência de discussões sobre os temas de violência contra a mulher, e como estas afetam a qualidade da cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins.

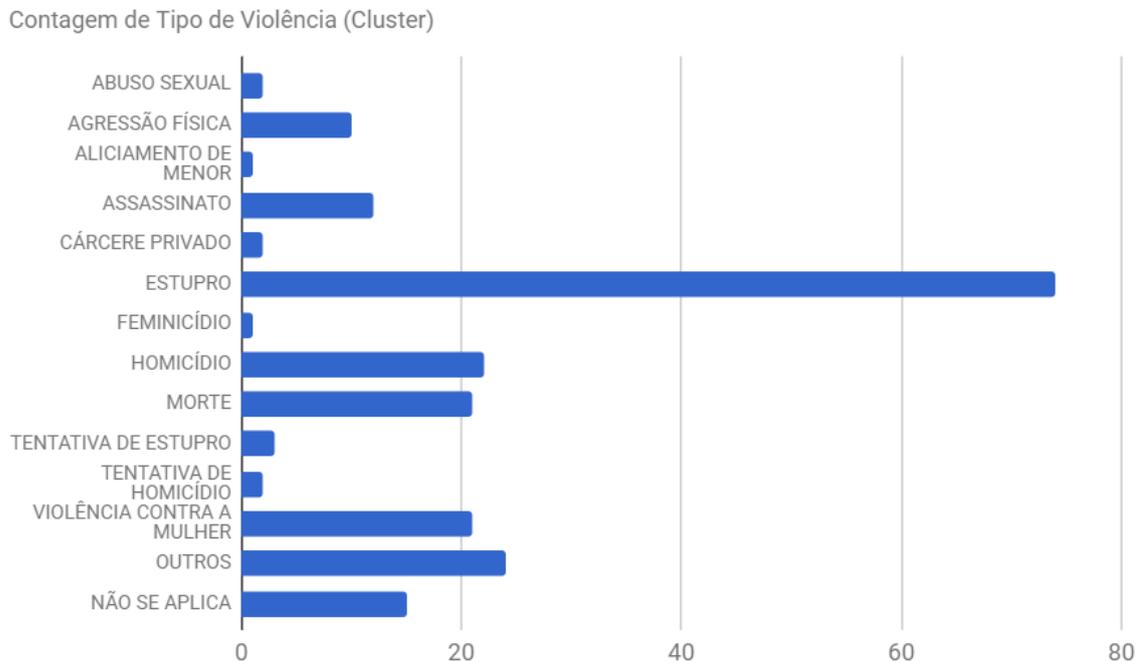
Foram analisadas as publicações do Jornal do Tocantins, na versão digital, que é idêntica à versão impressa, no período de março de 2015 a setembro de 2017. O Jornal é o maior periódico de circulação local, tem publicação diária, exceto às segundas-feiras. A escolha da data inicial da amostragem é inerente à data da criação da Lei nº 13.104/2015, que tipifica o feminicídio como conduta criminosa. As publicações foram analisadas de modo a identificar notícias de violência contra a mulher. Para tanto, foram considerados os seguintes fatores: título da manchete, data da notícia, local do crime, tipo de violência, fonte, tipo de relato jornalístico. Ao final, foram identificados 211 notícias no período de amostragem, sendo 74 notícias em 2015, 104 notícias em 2016 e 33 notícias em 2017. A seguir será apresentada a análise compilada das notícias.

5.1 Aplicações e Análises

Para uma melhor visualização, os dados foram tabulados e divididos em 6 (seis) fatores, que se apresentam como as categorias de análise: título da manchete, data da notícia, local do crime, tipo de violência, fonte, tipo de relato jornalístico. A partir desta tabela foram extraídos alguns gráficos, para uma melhor compreensão e análise dos dados obtidos sobre a cobertura jornalística da violência contra mulher no periódico.

No Gráfico 1 são apresentados os tipos de violência contra a mulher identificados no período analisado, permitindo assim identificar características predominantes nas notícias.

Gráfico 1 - Tipo de violência



Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico apresenta os tipos de violência identificados nas notícias selecionadas para o estudo. Cada notícia que compõe o escopo da pesquisa trata diretamente de algum tipo de violência contra mulher. Além dos tipos de violência encontrados, durante a pesquisa foram detectados outros fatores que foram separados na categoria “não se aplica”, dentre eles direitos das mulheres, mapa da violência, gravidez precoce, dia da mulher, matérias que se remetiam a palavra violência contra mulher no âmbito das políticas públicas e não sobre o ato de violência contra mulher.

Ainda, a categoria “outros” engloba desaparecimentos, Lei Maria da Penha. Esse filtro foi realizado em função de tais fatores não se tratarem de tipos de violência em si, sendo que nesta etapa da análise os itens selecionados para a elaboração do gráfico devem remeter exclusivamente a atos de violência contra mulher.

Primeiramente, ao organizar visualmente a contagem de tipo de violência, é notório o pico nas ocorrências de notícias sobre estupro, alcançando um total superior a 60 ocorrências no período observado. O crime de homicídio e as notícias sobre ocorrências de morte seguem na segunda e terceira posição respectivamente. De acordo com um dossiê realizado pelo

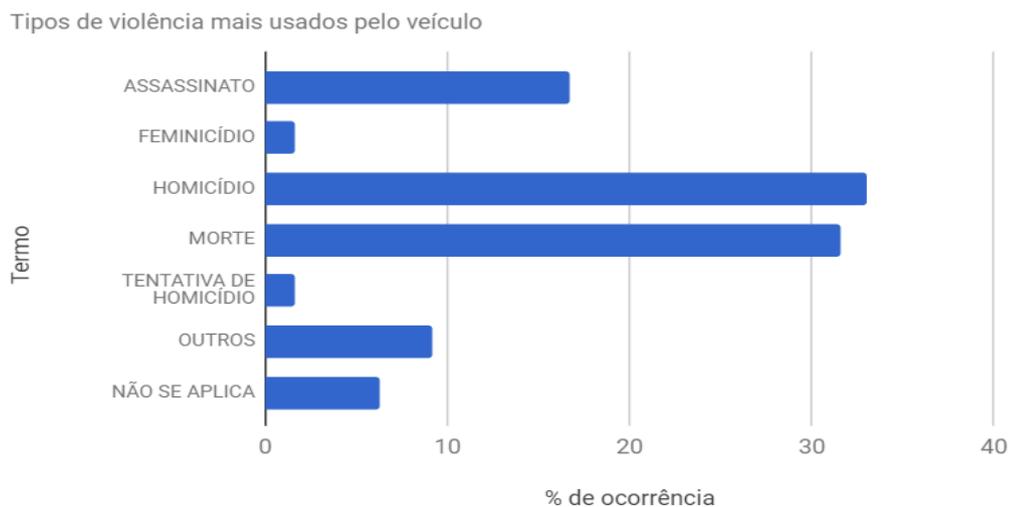
Instituto Patrícia Galvão¹⁷, em que se formulou um cronômetro da violência contra a mulher, com dados de 22 organizações, a cada 2 minutos 5 mulheres são espancadas no país; a cada 11 minutos ocorre 1 estupro; e, a cada 2 horas é registrado um feminicídio. Tais fatores evidenciam que o estupro, conforme o levantamento realizado nesta pesquisa, se sobressai como forma de violência contra a mulher ao feminicídio, que segundo Passinato (2011), Portella (2011) e Gomes (2015) é o ápice da violência contra a mulher, resultando no óbito.

É importante observar que apesar do período de amostragem ter início em março de 2015 em referência a criação da Lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime de feminicídio, é predominante o uso do termo homicídio e assassinato, havendo somente um registro que utilizou adequadamente o termo feminicídio.

Diante desta averiguação, realizou-se um novo filtro em que se analisou quais das notícias que utilizavam termos como homicídio, assassinato, morte, tentativa de homicídio e que se enquadram como feminicídio, de acordo com a Lei nº 13.104/2015. Nesta nova filtragem, excluiu-se as notícias de cunho geral, permanecendo somente as de casos concretos de violência contra a mulher, resultando em 67 notícias, o que representa 31,7% do total de reportagens analisadas.

Considerando estas notícias selecionadas, o Gráfico 2 apresenta quais os termos mais utilizados em substituição ao termo feminicídio:

Gráfico 2 – Termos mais usados pelo veículo nos crimes de feminicídio



Fonte: elaborado pelo autor

¹⁷ Mais de 3 mil casos de violência contra a mulher são registrados em janeiro de 2018, no AM. Especialistas comentam. Reportagem. Disponível em: <<https://www.portalmarcossantos.com.br/2018/03/08/mais-de-3-mil-casos-de-violencia-contra-a-mulher-sao-registrados-em-janeiro-de-2018-no-am-especialistas-comentam/>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

Conforme apresentado no Gráfico 2, 33% das notícias que se enquadrariam como feminicídio, utilizam o termo homicídio, e 31,6% o termo morte. Tal nomenclatura para os crimes de feminicídio causam estranheza, tendo em vista que todas as notícias analisadas foram publicadas após a criação da Lei nº 13.104/2015.

Considerando a não utilização do termo correto, feminicídio, para tais casos, averigua-se, no periódico analisado, o preconceito linguístico, resultando na hipótese de que a recusa em atualizar o termo se dá por este estar ligado ao movimento feminista, que ainda sofre muito preconceito nos dias atuais.

Isso demonstra o despreparo do jornalista em averiguar junto à fonte se tais casos se encaixam como feminicídio e questionar o porquê da não utilização do termo correto, considerando a legislação vigente. Outra hipótese, é de que a própria fonte possa causar essa utilização errônea dos termos, resultando em informações equivocadas nas notícias.

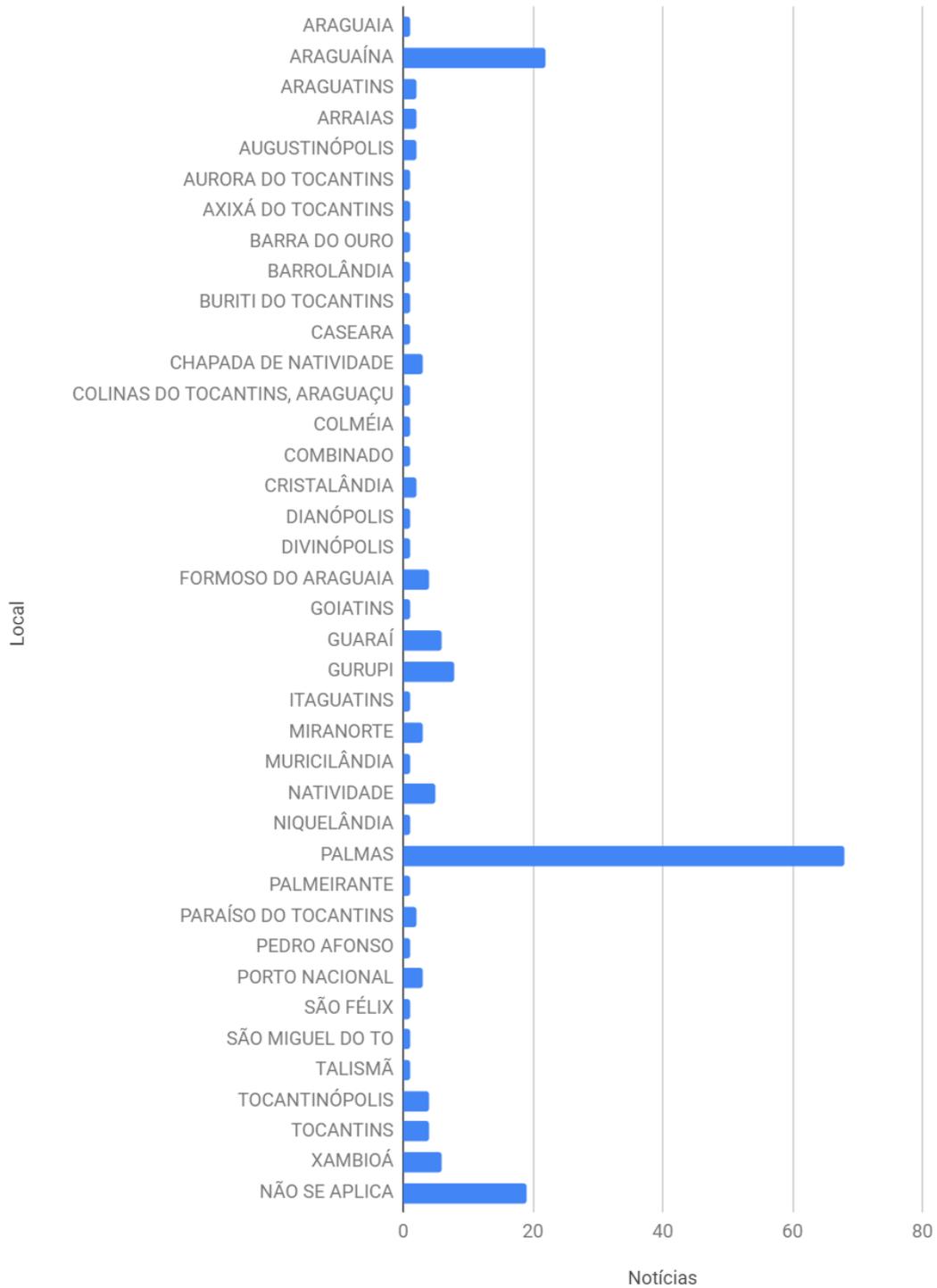
Os dados gerais do Gráfico 1 e 2 permitem aferir que o Jornal do Tocantins, no período analisado, pautou a violência contra mulher em sua cobertura jornalística com ênfase nos casos de estupros, violência doméstica e feminicídio.

O Jornal do Tocantins não surpreende ao pautar essas questões tendo em vista as análises realizadas no Capítulo 3. Notícias que envolvem o tema da violência tendem a apresentar maior valor notícia e, além disso, o jornal reflete os acontecimentos da sociedade. Se o estado do Tocantins é violento para as mulheres viverem, logo o jornal se reportará a essa realidade.

A seguir, o Gráfico 3, lista os locais onde ocorreram as notícias sobre violência contra mulher, permitindo assim verificar a distribuição geográfica das notícias sobre o tema.

Gráfico 3 - Local das notícias

Notícias x Local



Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando os dados levantados em relação ao fator local onde ocorreram as notícias, ainda que a proposta desta pesquisa seja fazer a análise da cobertura jornalística da

violência contra a mulher no Jornal do Tocantins, realizou-se um filtro em que locais que não se referem aos municípios do estado do Tocantins — como África, Toronto, Xexé-PE — foram separados na categoria “não se aplica”.

Na distribuição por local, de maneira geral, o maior quantitativo de ocorrências de relato jornalístico sobre violência contra a mulher está concentrada na capital, Palmas. Tal fator pode ser explicado em função de atualmente não haver correspondentes do Jornal do Tocantins em Araguaína e Gurupi, que são os dois maiores centros urbanos do Tocantins, depois da Capital.

Ainda, a maior incidência na capital condiz com os dados apresentados pelo Mapa da Violência de 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil, apresentando alguma isonomia com as taxas do próprio estado, de forma que o nível de ambas tende a manter uma certa correspondência. Cabe destacar que se tratam apenas de casos que chegam até as redações do jornal, contudo, muitos outros casos, principalmente ocorridos nos municípios do interior, não chegam até a redação.

Já num cenário nacional, Palmas figurou no 6º lugar no ranking de homicídios contra as mulheres no mesmo Mapa da Violência (2015). No entanto, mesmo Palmas apresentando uma maior quantidade de relatos jornalísticos de violência contra a mulher, outro fator deve ser levado em consideração, a ocorrência da flutuação da taxa demográfica. Ou seja, necessariamente maiores relatos não implicam que o local seja o maior com concentração das ocorrências de fato.

Seguindo essa linha, de acordo com o Mapa da Violência de 2015, as taxas de mortes femininas cresceram 8,8% e das capitais caíram 5,8%, entre 2003 e 2013, ressaltando o fenômeno de interiorização da violência. Este fenômeno já tinha sido observado em mapas anteriores, mostrando um processo em que os polos de violência se deslocam de um município de grande porte para municípios de médio porte.

O resultado direto disso, que é possível constatar pela análise rápida do gráfico 3, é uma invisibilidade da mulher interiorana no Tocantins. As violências sofridas por elas, quando notificadas as autoridades competentes, não aparecem nas páginas do jornal de maior circulação do Estado.

Outro fator que também deve ser levado em conta na avaliação de maiores incidências em capitais é o fato de, normalmente, estas terem delegacias especializadas, em detrimento a não existência destas nos municípios menores. Ter uma delegacia especializada para a

proteção da mulher resulta em uma atenção maior a este tipo de violência e às vítimas, o que pode aumentar o relato deste tipo de crime com a consequente punição dos autores.

De acordo com dados obtidos na Diretoria de Polícia do Interior da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins, o Tocantins tem 13 Delegacias Especializadas para Atendimento da Mulher, conforme apontado no mapa abaixo.

Figura 1 – Cidades tocantinenses que possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher

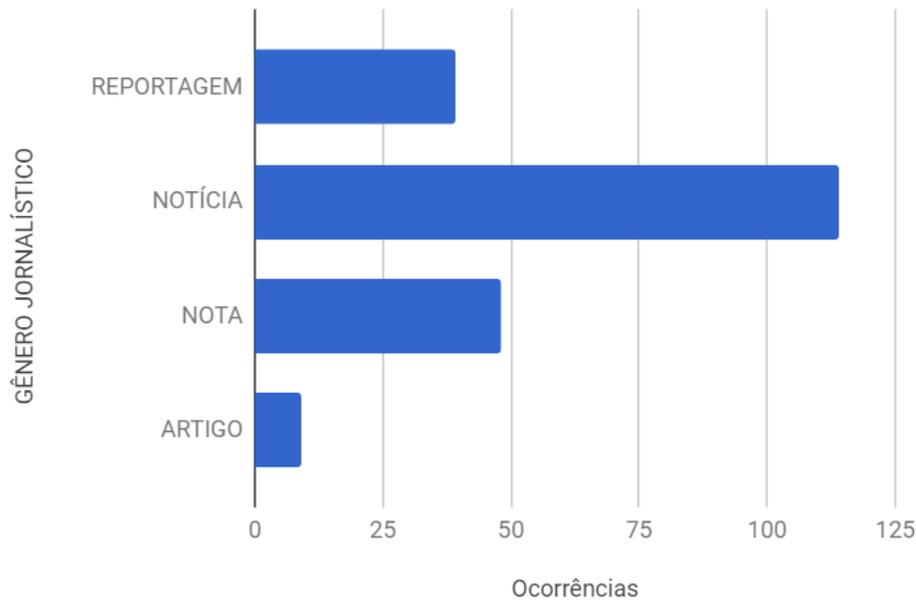


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins

Considerando que o Estado possui 139 municípios, verifica-se que o número de Delegacias é insuficiente para atender a demanda das mulheres vítimas de violência no Tocantins. Além do mais, quase metade dessas delegacias se encontram em cidades que margeiam a rodovia BR153, fato que pode aumentar a invisibilidade da mulher interiorana.

Ainda cabe destacar que, nos finais de semana, períodos em que aumentam as ocorrências de crimes de violência contra as mulheres, as delegacias estão fechadas, uma vez que só funcionam em horário comercial.

A seguir, o Gráfico 4 apresenta os gêneros jornalísticos identificados nas notícias selecionadas.

Gráfico 4 - Gêneros Jornalísticos

Fonte: Elaborado pelo autor

No que tange aos tipos de gêneros jornalísticos, constatou-se a predominância do modelo informativo, especificamente, nota-se que as notícias se sobressaem aos demais. Dessa forma, fica claro que o periódico analisado garante, via de regra a isenção jornalística, praticando o que se conhece nos meios de comunicação como “ouvir todos os lados” envolvidos em um fato jornalístico.

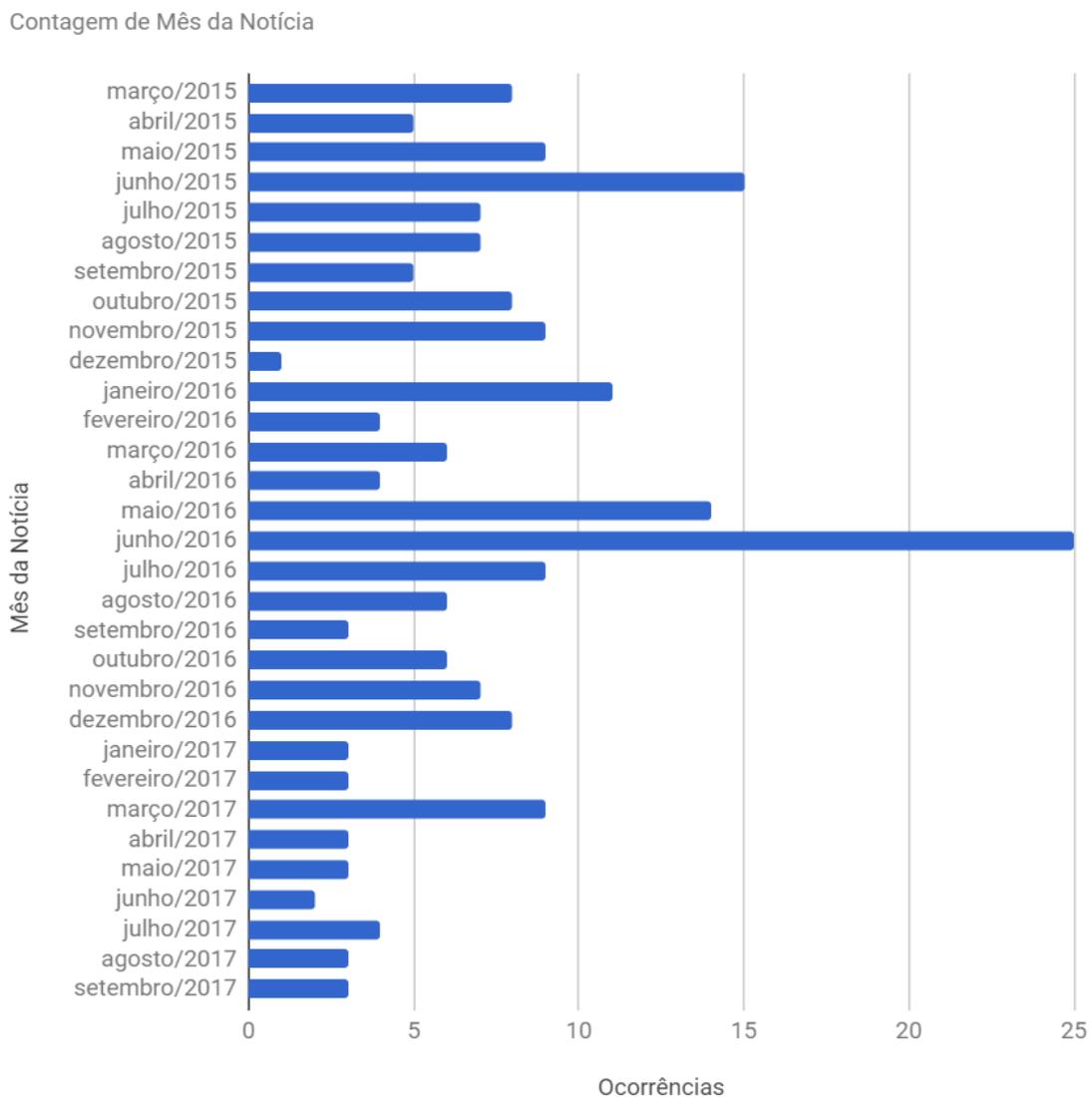
De acordo com Marques de Melo (2003) a distinção fundamental entre nota, notícia e reportagem refere-se a progressão dos acontecimentos e o acompanhamento da imprensa. O autor descreve notícia como “um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”. Notícia caracteriza-se por ser um relato dos fatos sem comentários nem interpretação, tendo como objetivo narrar fatos do cotidiano.

É relevante ressaltar que a predominância da utilização da notícia como estilo jornalístico para retratar os casos de violência contra a mulher, permite a descrição do fato em um relato integral. Essa abordagem integral permite melhor compreensão dos acontecimentos e fomenta discussões, contudo, não possui o aprofundamento de uma reportagem, tendendo a ser mais factual.

Dos quatro tipos de gênero identificados nas notícias analisadas, entre os gêneros opinativos, foi identificado somente o artigo, sendo este o tipo que teve menor número de publicações. O artigo caracteriza-se por ser uma matéria jornalística que apresenta opiniões de jornalistas, especialistas e cidadãos sobre a temática abordada, contendo julgamentos e é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando.

No Gráfico 5 são apresentados os períodos, por mês/ano, em que as notícias sobre violência contra mulher foram publicadas.

Gráfico 5 - Mês da notícia



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o Gráfico 5, verifica-se que o mês com maior concentração de notícias foi junho de 2016, com 25 ocorrências, seguido de junho de 2015 com 15 notícias. Tal fato

causou intriga ao pesquisador, pois, este observou que os dois períodos com maior incidência de notícias se darem no mês de junho.

A partir destes dados, verificaram-se algumas possibilidades. Primeiramente que o aumento de ocorrências neste mês se daria pelo início da temporada de praias no Tocantins. Contudo, apesar da Secretaria do Turismo do Estado do Tocantins informar que “na temporada de verão, de junho a setembro, forma-se uma variedade de ilhas e praias fluviais, com areias brancas e águas calmas”, constatou-se que a temporada oficial de praias se inicia em julho, coincidindo com as férias escolares.

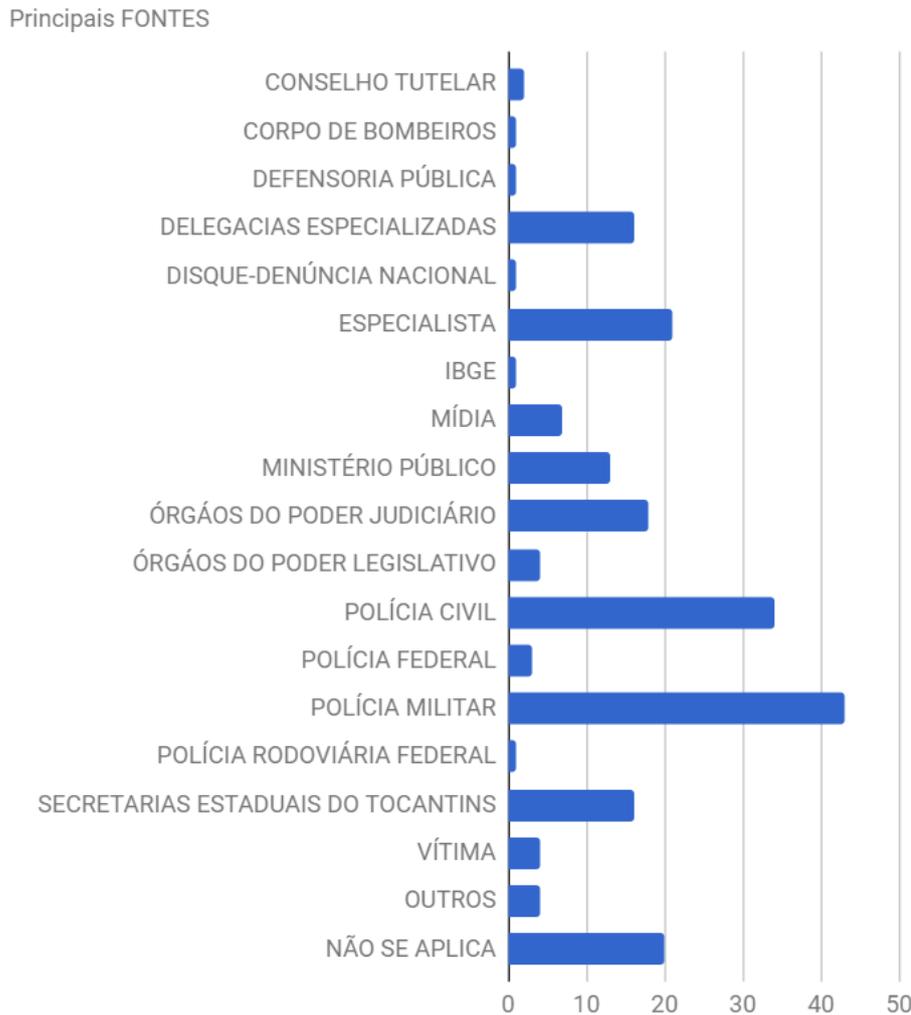
Sendo assim, se o maior número de ocorrências fosse em julho, reforçaria a teoria de Fasano (2013) de que “assim como no período das férias, os casos de violência doméstica também aumentam durante finais de semana e feriados”.

Por fim, a última possibilidade verificada foi que nesses meses houve algum caso de maior repercussão. Tal hipótese se confirmou através da análise das notícias, onde se constatou que em junho de 2016, período com maior concentração de notícias, ocorreu o caso da servidora pública que foi sequestrada, violentada e teve o carro roubado em Palmas. Tal fato teve destaque em 5 notícias.

No mesmo período, ocorreu também o caso da adolescente de 13 anos que foi estuprada por 3 homens em Chapada da Natividade, tendo 5 notícias que tratavam do fato. Em junho de 2015, segundo período com maior concentração de notícias, 4 delas referem-se ao assassinato da professora Isabel.

Diante de tal análise, constatou-se que a ocorrência de casos de maior repercussão, fomentam a discussão sobre a temática da violência contra a mulher, resultando assim em mais notícias sobre o tema em um determinado período. Neste sentido, Marques e Guerra (2017) afirmam que os casos mais chocantes de violência são agente motivador de várias reportagens em função da capacidade de atrair a atenção.

Assim, em via de regra, “as notícias procuram explorar, ao máximo, os casos dessa natureza”. O Gráfico 6 apresenta as principais fontes das notícias.

Gráfico 6 - Principais Fontes

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 6, que verifica quais fontes com maior incidência de contribuição para as notícias analisadas, foi elaborado considerando as fontes identificadas nas notícias avaliadas.

Inicialmente foram constatadas 82 fontes. A partir destes dados, foi realizado um filtro agrupando fontes que podem se encaixar em uma mesma categoria. Na categoria “Secretarias Estaduais do Tocantins”, foram agrupadas as Secretarias da Educação, Cidadania e Justiça, de Políticas para Mulheres e, da Segurança Pública.

A categoria “Órgãos do Poder Judiciário” engloba fóruns, comarcas, tribunais, Ministério da Justiça e varas criminal. Na categoria “Órgãos do Poder Legislativo” foram agrupadas as fontes: Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, Câmara Municipal e Congresso Nacional.

A categoria “Delegacias Especializadas” refere-se a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, Delegacia Especializada da Criança e Delegacia de Atendimento à Mulher. A categoria “especialistas” engloba advogados, professores universitários, sociólogos, promotores e delegados que possuem conhecimento técnico e científico sobre a temática abordada. Na categoria “não se aplica”, estão as notícias em que não houve fonte definida.

A análise do fator fonte indica que a Polícia Militar do Estado do Tocantins foi a principal fonte utilizada pelo jornal. Tal fato se dá em função da Polícia Militar ser o primeiro órgão estatal do sistema de defesa à mulher, sendo que na maioria dos casos é o primeiro a ser acionado pela própria vítima, familiares ou vizinhos. O “190”, número para acionar a Polícia Militar, é o de maior conhecimento da população em geral, sendo esta, a força de segurança que é a referência mais popular.

Ao ser acionada, a Polícia Militar faz o registro da ocorrência e, em caso de flagrante, realiza a prisão do agressor, encaminhando o mesmo para a Delegacia de Polícia. Após isso, a mulher é encaminhada para o serviço de Assistência Social do município ou para a realização de exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal. São somente esses casos com prosseguimento dado pela PM que geram estatística em outras partes do sistema de proteção e defesa à mulher.

Em uma análise dos serviços de apoio às mulheres vítimas de violência, o “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais – 2016”, destaca que no Tocantins, o ‘Ligue 180’, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, teve o número de relatos de violência inferior à taxa registrada no país, o que indica uma possível subutilização do serviço.

Com dados consolidados de 2014, segundo este Panorama, no Tocantins funcionam 24 Unidades Especializadas de Atendimento (UEA). Ainda segundo a publicação, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foram destinados desde 2006, 7,1 milhão de reais às entidades governamentais ou não, para programas e políticas de enfrentamento do problema da violência contra a mulher. Um orçamento insuficiente diante do grave problema que é a violência contra mulher no estado.

De acordo com Passinato (2018, p. 03) a Lei Maria da Penha “traz a recomendação para criação do Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar que deverá disponibilizar dados sobre ocorrências registradas em todo o País”. Em 2017, praticamente todos os Estados aderiram ao Cadastro e o processo de implementação teve andamento.

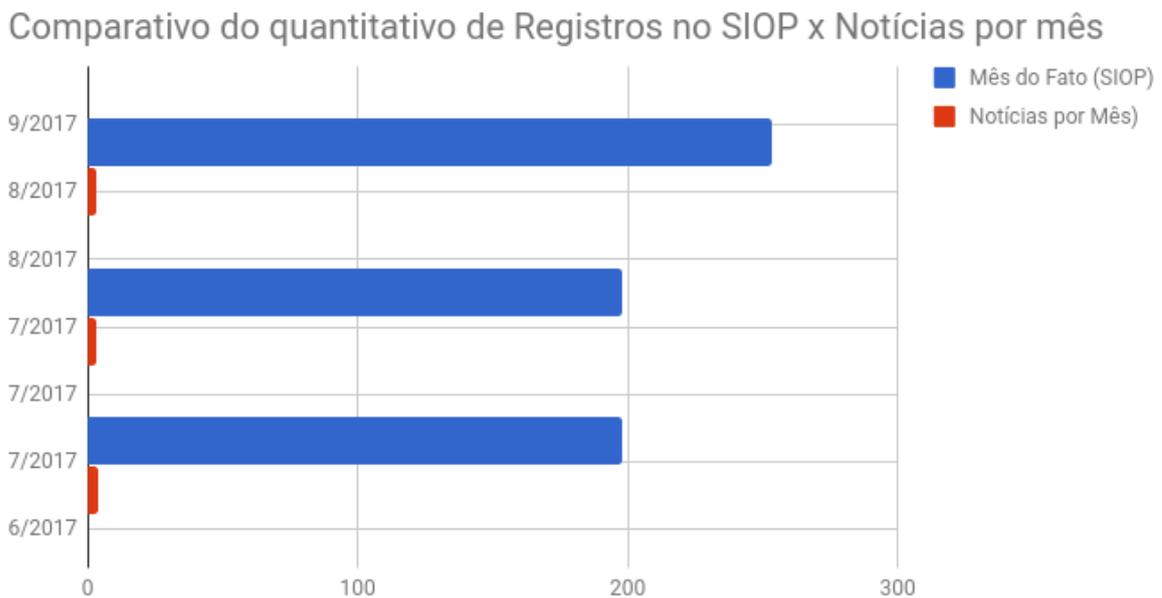
Contudo, a implementação tem esbarrado em problemas como falta de pessoal, dificuldades de adaptação com o sistema e o volume de procedimentos.

Outra questão que a autora aponta sobre o Cadastro Único, é que ele é alimentado a partir de inquéritos policiais, contudo, muitas mulheres vítimas de violência não chegam sequer a registrar queixa. Muitos são os casos de violência em que não se efetiva o registro da ocorrência por desistência da própria vítima que não deseja dar continuidade aos procedimentos ou, por vezes, por erro do próprio agente público.

Há de se considerar que o número de notícias apuradas durante a pesquisa, estão longe da realidade de ocorrências registradas nos órgãos estatais, como a própria Polícia Militar, que é a principal fonte do Jornal analisado.

Tal fato se evidencia no Gráfico 7, em que se compara a quantidade de ocorrências registradas pelo Sistema Integrado de Operações, da Polícia Militar do Estado do Tocantins, no período de 01/07/2017 a 16/09/2017, com a quantidade de notícias sobre violência contra a mulher no mesmo período:

Gráfico 7 - Comparativo do quantitativo de Registros no SIOP x Notícias por mês



Fonte: Elaborado pelo autor

Verificando o Gráfico 7, nota-se que a maioria das ocorrências não é retratada pelo jornal o que nos leva a questionar se as ocorrências que não são pautadas não reuniriam os valores-notícias suficientes para estampar as páginas do jornal.

Em julho de 2017 o Jornal do Tocantins trouxe apenas 4 notícias — sendo três sobre estupro e uma sobre sequestro — sobre violência contra a mulher. Em agosto do mesmo ano, foram apenas 3 — sendo um estupro seguido de feminicídio, uma tentativa de feminicídio e uma reportagem sobre a Lei Maria da Penha.

Para chegar aos jornais e sites de notícia de grande circulação local, os crimes cometidos contra as mulheres geralmente apresentam traços de espetacularização. Miranda, Santos e Dos Anjos (2017) esclarecem que mesmo com todo o avanço experimentado pela legislação brasileira nos últimos anos, é necessário que o discurso midiático contribua de maneira mais decisiva na, “sensibilização social para a mudança cultural necessária à redução dos índices de violência contra a mulher” (p. 74).

Em sua pesquisa, as autoras esclarecem que a violência contra a mulher possui muitas variantes presenciadas no cotidiano das vítimas de violência:

Ao enveredar no tema violência contra a mulher é importante compreender que muitas agressões físicas e psicológicas se enquadram nesse tipo de crime. Desde uma palavra de ameaça, um tapa, espancamento, ferimento por arma ou objeto, estupro, até o estágio mais extremo, que é o homicídio feminino, os quais são ancorados no discurso midiático ou são visíveis na cobertura jornalística. (MIRANDA; SANTOS; DOS ANJOS, 2017. p. 74).

As autoras, ao analisarem a cobertura jornalística dos crimes de feminicídio noticiados no Jornal do Tocantins no ano de 2016 criticam o caráter factual das notícias, apontando a utilização de “variáveis sociológicas, como idade, estado civil, ocupação e em alguns casos há a busca de motivação do crime no comportamento da vítima, ou seja, uma revitimização da vítima” (p. 79).

Pouca repercussão dos casos, não utilização do termo feminicídio e até ausência de fontes para as narrativas foram apontadas como prejudiciais a discussão da temática pela mídia local (DAY, 2003; MIRANDA, SANTOS e DOS ANJOS, 2017; PEREIRA, 2017).

Neste sentido, é relevante destacar que a mídia pode realizar um reforço positivo ou negativo em questões importantes na sociedade e, no que tange a violência contra a mulher, uma cobertura jornalística inadequada pode acarretar no reforço deste tipo de violência.

5.2 Implicações para a prática jornalística

Por fim, os resultados apresentados atendem o objetivo proposto: analisar a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins entre os anos de 2015 e 2017.

De maneira geral, a literatura permite visualizar que a violência contra a mulher se trata de um problema de ordem social que tem afetado grandemente o cotidiano de milhares de famílias no Brasil e tem ceifado a vida de uma quantidade numerosa de mulheres.

Moreno (2012) aponta que grande parte da população toma conhecimento da violência através dos meios de comunicação e, por isso, deve-se discutir qual o seu papel social diante desse tipo de informação. A mídia tem desempenhado seu papel de fiscalizar e acompanhar os casos de violência contra a mulher. Contudo, a principal crítica em relação a esta cobertura é de que casos de grande repercussão social tem destaque e alavancam as discussões sobre o tema, enquanto os inúmeros casos que ocorrem diariamente ficam no esquecimento.

É perceptível a diferença de tratamento para crimes de maior repercussão como, por exemplo, crimes envolvendo estupro. Estes tendem a ter prosseguimento na Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. No entanto, para crimes subnotificados e que, na maioria, sequer chegam a mídia, terminam registrados apenas na Polícia Militar.

Além da diferença de tratamento conforme a gravidade ou repercussão do tipo de crime é importante ressaltar o tratamento dado para os que chegam à mídia. Percebe-se um excesso de notas, no tipo jornalístico, sendo que o ideal seria um maior número de notícias e reportagens, pois são tipos jornalísticos mais embasados, quando se ouvem mais pessoas e investiga-se melhor o fato, em detrimento da nota que apenas relata o ocorrido de forma bastante resumida. Durante a pesquisa, foram encontradas notas com apenas 5 linhas de texto.

Ainda, é perceptível o baixo quantitativo de artigos de opinião. Isso denota que o veículo aqui estudado abre pouco espaço para leitores, assinantes do jornal e a sociedade falarem sobre o assunto. Por outro lado, outra hipótese é que não haja interesse social em discutir o assunto.

Com maior agravante ainda, vem a ausência de editoriais no período observado, quando o próprio veículo se posiciona sobre o tema, expondo a crítica sob a ótica deste determinado veículo. Nem mesmo nas datas importantes para o combate à violência contra a mulher, o Jornal do Tocantins se posiciona sobre essa temática tão relevante.

Essa falta de tipos jornalísticos que embasam melhor e expõem opiniões diversas destoam com a abrangência do tema e a importância do debate em conjunto com a sociedade. Nesse contexto, é importante que o Jornal do Tocantins aborde o assunto de forma mais contextualizada e utilizando termos que produzam reflexão sobre a temática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins, através de um levantamento de notícias sobre a temática, buscando ponderar a forma como o periódico realiza a cobertura desse tipo de fato jornalístico, neste caso, com ênfase nos atos de violência contra a mulher, à luz da literatura especializada.

Há de se considerar, que conforme verificado no decorrer da pesquisa, a violência contra a mulher é um problema de ordem social que perpassa todas as esferas sociais, ocorrendo desde os tempos antigos e que ainda se verifica crescente nos dias atuais.

Na sociedade brasileira, marcada pela cultura machista e patriarcal, em que os homens têm a mulher como propriedade, reafirma-se, portanto, os papéis desiguais entre homens e mulheres.

Os atos de violência contra a mulher cometidos, seja de forma física, psicológica, social ou sexual, resultam em inúmeras ocorrências, que muitas vezes não recebem o devido trato e acompanhamento pelos próprios órgãos estatais e tão pouco dos meios de comunicação.

Desta forma, foi possível averiguar que apesar do periódico, objeto de estudo, proporcionar espaço para casos de violência contra a mulher, a quantidade de notícias apresentadas neste, está distante da realidade do quantitativo de casos que ocorrem diariamente no Estado do Tocantins. É obvio que nem todos os atos de violência trazem os requisitos para se tornar notícia, contudo, a discrepância entre os dados se mostra bastante preocupante.

Verificou-se que apenas os casos com maior gravidade ou repercussão, chegam até a mídia, além de haver maior concentração de notícias de casos que ocorrem nos maiores centros em detrimento dos que ocorrem no interior. Restou muito claro o processo de invisibilidade da mulher do interior.

Diante do exposto, verifica-se que o jornalismo regional está muito longe de contribuir para o avanço na igualdade entre os gêneros partindo de uma produção de notícias na perspectiva de direitos. Tal perspectiva de direitos urge ser debatida intensamente nos cursos de jornalismo e nos meios de comunicação de massa, contudo, ainda há entraves estabelecidos pelos próprios entes estatais que possuem deficiências nas ações mais simples de enfrentamento do problema.

Neste sentido, é relevante fomentar um intenso debate nos meios de comunicação, assim como no decorrer da formação dos jornalistas, acerca de como a mídia deve realizar a cobertura de casos de violência contra a mulher. Para tal, deve considerar sua responsabilidade social em debater esta temática tão presente no cotidiano, a fim de evitar o preconceito e estereótipo do gênero, repensando assim a forma como a mídia trata a mulher e como noticiam os casos de violência.

Em se tratando do maior veículo de comunicação em mídia impressa do Estado, o Jornal do Tocantins, como instrumento de promoção de debates de relevância pública que deve ser, precisa direcionar melhor seus esforços no sentido de criar espaços de reflexão. Para isso, é importante que se dedique na publicação de editoriais sobre a temática, uma vez que, no período analisado, o veículo não produziu nenhum editorial, nem mesmo nas datas alusivas ao tema de combate à violência contra a mulher.

Para além disso, a análise dos gêneros jornalísticos produzidos, apontou uma grande quantidade de notas publicadas no jornal. A elaboração de tipos jornalísticos mais complexos para relatar esse tipo de fato social é o mais aconselhável, devendo o veículo preparar melhor e de forma continuada seus profissionais nesta direção, com vistas a eliminar o caráter factual das situações relatadas.

Mas não só isso, um treinamento continuado possibilitaria uma melhor utilização dos termos adequados nas situações específicas de violência contra a mulher e até mesmo em formas mais adequadas de utilizar as próprias vítimas como fonte de notícia. Nos casos de mortes de mulheres, em apenas 1,6% das notícias, o veículo utilizou o termo feminicídio, preferindo outros: homicídio, assassinato, morte, etc. A pesquisa também apontou que as vítimas, não foram ouvidas pelo veículo, que preferiu se prender a fontes oficiais, principalmente a Polícia Militar.

Após a realização da pesquisa, considerando o fato de que o pesquisador é profissional de segurança pública, pretende-se discutir os resultados da pesquisa com a Polícia Militar do Estado Tocantins, tendo em vista que, conforme levantado, ela é a maior fonte das notícias sobre violência de gênero no Estado.

O atendimento policial de mulheres vítimas de violência é um trabalho fundamental na proteção dos direitos humanos das mulheres em situação de vulnerabilidade. É importante que o profissional policial militar esteja ciente das circunstâncias socioeconômicas a que essas vítimas se sujeitam, a fim que estejam sensíveis as peculiaridades desse tipo de ocorrência. Nesse sentido, será sugerido ao Comando Geral da Polícia Militar que viabilize espaços para

que este pesquisador possa ministrar palestras e treinamentos aos policiais militares das diversas unidades policiais militares do estado, principalmente as do interior, com conteúdos didáticos relativos as novas perspectivas e desigualdades de gênero.

É importante que os policiais militares, para além de realizar os atendimentos iniciais as vítimas de violência de gênero, sejam capazes de relatar, aos veículos de comunicação, de forma correta e com a utilização de termos precisos, como se deram os fatos e o que eles caracterizam. Considerando que, dentro em breve, haverá ingresso de novos policiais para a realização de curso de formação, após a conclusão das etapas do concurso público iniciado em 2018, será proposto ao comando da corporação que a temática seja debatida de forma interdisciplinar.

Por fim, este trabalho pode ser ponto de partida para novas pesquisas, tanto aquelas relacionadas a forma de como os veículos de comunicação noticiam a violência contra a mulher, tanto aquelas direcionadas a uma prestação de serviços públicos de qualidade no atendimento as mulheres vítimas de violência. O presente estudo pode ser expandido a outros veículos de comunicação regionais ou nacionais, bem como ser realizado analisando a mídia digital, ampliando assim o debate sobre o tema proposto.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. F.; MATIOLLI, O. C. **Gênero e Violência: arte e Ciência**. Rio de Janeiro: Arte Ciência, 2004.

ARCA, Jéssica Carolina De Oliveira. **Violência sexual e seus impactos na saúde da mulher: Um estudo sobre a realidade das usuárias do Hospital Municipal de Rio das Ostras**. 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/4634>>. Acesso: 15 de mar. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BARROS, Bruno Mello Corrêa de; THADDEU, Helena de Rosso; PEREIRA, Marília do Nascimento. **Caso Eloá Pimentel/Sonia Abrão – A interferência da mídia nas negociações policiais**. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-5.pdf>>. Acesso: 12 ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2009.

BEIRAS, Adriano et al. Políticas e leis sobre violência de gênero-reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, 2012.

BENEVIDES VELOSO, Raíssa; MARQUES, Jamil; PAULO, Francisco. **O jornalismo e as fontes no processo de construção da realidade: um estudo da cobertura sobre segurança pública no jornal "O Povo" entre 2011 e 2013**. Ciberlegenda, n. 34, 2016.

BERGANZA CONDE, M^a. Rosa. La construcción mediática de la violencia contra las mujeres desde la Teoría del Enfoque. **Comunicación y sociedad**, v. 16, n. 2, p. 9-32. Disponível em: https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/resumen.php?art_id=97>. Acesso: 04 set. 2017.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006>. Acesso: 02 set. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio: Francisco Alvez, 1975.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias**. Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;

dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8.8.2006.

_____. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10.3.2015.

_____. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais**. -- N. 1 (2016)-. -- Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016.

_____. **Enfrentando a violência contra a mulher**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2005.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, p. 435-438, 2012.

CASAGRANDE, Magno Cassiano; PERUZZOLO, Adair Caetano. O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e Estado. **Revista LEVS**, n. 10, 2012.

CASTRO, Gabriela Glória de. **A identidade do bairro Santa Bárbara representada em seu jornal comunitário**. Monografia (TCC) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Palmas, 2009.

CELMER, Elisa Girotti. **Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável**. A violência na sociedade contemporânea, Porto Alegre/RS, EdiPUCRS, p. 72-88, 2010.

COSTA, Lailton Alves da. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 43-83, 2010.

COSTA, Alda Cristina. Mídia e Violência: uma relação complexa. **VII Conferência Brasileira: Amazônia e o direito de comunicar**. Belém – PA, 2011. Disponível em: <www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/alaic_artigos/Alaic_Costa2.pdf>. Acesso: 10 set. 2017.

COSTA, Luiz Armando. **Jornal do Tocantins: 37 anos de resistência às crises financeiras. Quase uma religião para manter a perspectiva visionária de Seu Jaime**. Disponível em: <<http://luizarmandocosta.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-37-anos-de-resistencia-as-crises-financeiras-quase-uma-religiao-para-manter-a-perspectiva-visionaria-de-seu-jaime/8763>>. Acesso: 10 out. 2016.

DA CRUZ, Tércia Maria Ferreira. Mídia e Segurança Pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, v. 2, n. 2, 2008.

_____. A influência da mídia na percepção da violência. **Revista científica da Unisul**, 2008. Disponível em: <paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos_2008b/tercia_cruz.pdf>. Acesso: 04 jul. 2017.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. supl. 1, p. 9, 2003.

DE CAMPOS, Carmen Hein. Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 1, p. 103-115, 2015.

DIAS, Anelise Schütz; MORIGI, Valdir José. Segurança pública em Porto Alegre: uma análise dos eixos-temáticos e das fontes mais recorrentes na cobertura dos jornais impressos Zero Hora e Correio do Povo. Rizoma: **Revista do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC. Vol. 3, n. 2 (dez. 2015), p. 76-89, 2015.

DINIZ, Marinete Rodrigues de Farias et al. **Femicídio e violência de gênero: um estudo exploratório sob o olhar da educação. 2014.** Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/774/1/Marinete%20Rodrigues%20de%20Farias%20Diniz.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.

DUTRA, Thiago de Medeiros. **Femicídio doméstico e familiar: um estudo sobre o “caso Márcia”.** João Pessoa: 2012. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/pos/contents-2/pdf/biblioteca-virtual/dissertacoes-2012/thiago-de-medeiros-dutra-femicidio.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.

FASANO, Bruna. **Agressões contra mulheres crescem 15% no período de férias.** Revista Veja: 29 dez. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/agressoes-contra-mulheres-crescem-15-no-periodo-de-ferias/>>. Acesso: 03 de abr. 2018.

FERNANDES, Mario Luiz. **A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade.** IX Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, p. 01-17, 2004.

FERRANTE, De et al. Violence against women: perceptions of medical doctors from primary healthcare units in the city of Ribeirão Preto, São Paulo: **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 13, n. 31, p. 287-299, 2009.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade.** Intercom, 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_713.pdf>. Acesso: 09 set. 2017.

GARCIA, Leila Posenato. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Estudos_e_Pesquisas/2013%20-%20BRASIL%20-%20IPEA%20-%20Violencia%20contra%20a%20mulher-%20femicidios%20no%20Brasil.pdf>. Acesso: 17 dez. 2017.

GAYÓN, Mariana Berlanga. LAS FRONTERAS DEL CONCEPTO “FEMINICIDIO”: UNA LECTURA DE LOS ASESINATOS DE MUJERES DE AMÉRICA LATINA. **Fazendo Gênero**, v. 9, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/24472>>. Acesso: 28 mar. 2018.

GOMES, Luciano Silva; MIRANDA, Cynthia Mara. A mulher, o coturno e mídia: Experiências de um comando militar feminino. In: **Comunicação e sociedade: discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano** [recurso eletrônico]/Gilson Pôrto Jr.; Darlene Teixeira Castro; Gabriela Pereira Melo; Alessandra Barcelar (orgs.). Porto Alegre, Rs: Editora Fi, 2017.

GUERRERO, Olaya Fernández. Processos de empoderamento das mulheres de comunidade no Rio de Janeiro. In: **Arquiteturas de Gênero: questões e debates**. Orgs: Temis Gomes Parente, Cynthia Mara Miranda, Palmas – TO: EDUFT, 2015. p. 59-91.

GUIMARÃES, Isabel Padilha. **A imagem da violência urbana no documentário cinematográfico brasileiro na contemporaneidade**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, PUCRS. Porto Alegre, 2010.

ARENDDT, Hannah. **Sobre la violencia**. Rio de Janeiro: Relume–Dumará, 1994.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência. 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso: 03 abr. 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Atlas, 1992, 4ª ed.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. et al. **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2015.

MARQUES, Maria de Fátima Jeronimo; GUERRA, Eliana Costa. Violência contra a mulher no espaço midiático brasileiro. **Temporalis**, v. 17, n. 33, p. 167-192, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7230/pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDES, Mary Alves. **Violência de gênero: uma análise dos discursos masculinos e femininos sobre as práticas**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ) Grupo de Trabalho: “Violência e Sociedade” – Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=203&limit=50&limitstart=0&order=date&dir=ASC&Itemid=171>. Acesso: 03 abr. 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, 2017

MENEZES, Verônica Dantas. **Coletividades, identidades e crítica da televisão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0757-3.pdf>>. Acesso: 19 mai. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**. Texto Eletrônico, 2007. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>. Acesso: 27 set. 2016.

MIRANDA, Cynthia Mara; VELOSO DOS SANTOS, Cleide das Graças; ANJOS, Ana Carolina Costa dos. Silenciadas: abordagem de notícias sobre mulheres assassinadas no Tocantins. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 1, p. 70-89, 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 445-464, 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara; SANTOS, Ana Paula. Lute como uma menina: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 417-444, 2017.

MONTEIRO, Lieli Karine Vieira Loures Malard. **Estupro na imprensa: o processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S. Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7773>>. Acesso: 14 fev. 2018.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publischer Brasil, 2012.

NAGASAVA, Heliane Ruriko Chaves. **Gênero e violência contra a mulher**. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde- FACES.

Curso de Psicologia, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2578/3/20713368.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

NJAINE, Kathie; CARELI, Jorge. **Violência na mídia: Excessos e avanços**. Centro Latino-Americano de Estudos de Violência/Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf>. Acesso: 29 set. 2016.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Reflexões sobre gênero, violência e mídia. In: **Discurso Midiático: poder, violência e cultura**. (Recurso Eletrônico). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. p. 156-174.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil**. Boletim Segurança e Cidadania, v. 9, p. 1-16, 2005.

_____. **Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública**. Cadernos Adenauer IX, nº 4, 2008. P. 29 – 41.

_____. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

PASSINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2018.

_____. **A violência contra as mulheres e a pouca produção de informações**. Artigo. Jornal da USP: 24/01/2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/a-violencia-contras-as-mulheres-e-a-pouca-producao-de-informacoes/#>>.

PEREIRA, Cláudia Nolasco de Abreu. **Violência contra a mulher e mídia: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas contra as mulheres do município de Macaé/RJ**. TCC. Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf>>. Acesso: 04 out. 2017.

PERUZZOLO, Adair Caetano. Violência, Direitos e Cidadania. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 100. p. 83-102, 1990.

PORTELLA, Ana Paula. et al. Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 3, p. 403-439, 2011. Disponível em: <revistadil.dominiotemporario.com>. Acesso: 30 mar. 2018.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2, 2008.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Femicídio:#InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa, 2017.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sóciojurídicos. **Revista Eletrônica de Ciências** (ISSN 2175-9553), v. 16, n. 24; 25, 2016.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Racionalização, Civilização e história social do conhecimento: Diálogos entre Weber, Elias e Peter Burke para uma aproximação de discursos sobre Intervenção Social.** *Direito*, v. 1, n. 14, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/623>>. Acesso: 11 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PEREIRA, Claudia Nolasco de Abreu. **Violência contra a mulher e mídia: um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do Município de Macaé/RJ.** 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf>>. Acesso: 15 set. 2017.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Boletim Segurança e Cidadania**, v. 9, p. 1-16, 2005. Disponível em: <www.ucamsesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Relatório-Mídia-e-Violência2.pdf>. Acesso: 12 set. 2017.

RAMOS, Silvia. Direito à segurança, um desafio para o Brasil. In: **Pensando uma agenda para o Brasil: desafios e perspectivas.** Brasília: Inesc, 2007, p. 68-85.

RIBEIRO, Ana Caroline; BATISTA, Aline de Jesus. **A influência da mídia na criança/pré-adolescente e a educomunicação como mediadora desse contato.** Encontro de História da Mídia da Região Norte, v. 1, p. 37-41, 2010.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental. **Paidéia**, v. 13, n. 26, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v13n26/07.pdf>. Acesso: 15 ago. 2017.

RODRIGUES, Ana Catarina Moreira. **O impacto das notícias de crime na população Portuguesa.** Dissertação. Mestrado em Ciências da Comunicação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/107765/2/219365.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ROMERO, T. I. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 373-400, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/04.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.

RONDON FILHO, Edson Benedito; FREIRE, Francisco Xavier. **Monopólio legítimo da força como processo civilizador: Weber e Elias em perspectiva.** XII Simpósio Internacional Processo Civilizador: Civilização e Contemporaneidade, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Rondon_Filho.pdf>. Acesso: 09 ago. 2017.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Femicídio na cidade**. Rio de Janeiro: Fazendo Gênero, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278205373_ARQUIVO_femicidionacidade_Romio.pdf>. Acesso: 12 nov. 2018.

RONDELLI, Elisabeth. Dez observações sobre mídia e violência. **Comunicação & Educação**, n. 7, p. 34-37, 1996.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. FGV Editora, 2007.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 45, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia**. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003. Disponível em: <<http://mercosursocialsolidario.org/valijapedagogica/archivos/hc/1-aportes-teoricos/2.marcos-teoricos/3.libros/RitaSegato.LasEstructurasElementalesDeLaViolencia.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.

SEGATO, Rita Laura; DACIER, Anand. **Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez**. Estudos Feministas, p. 265-285, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000200003>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

SEPULVEDA, Denise Vilche. **A banalidade do mal: o excesso de violência na mídia**. 10º Interprogramas de Mestrado. Faculdade Cásper Líbero, 2015. Disponível em: <casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Denise-Vilche-Sepulveda-FCL.pdf>. Acesso: 23 ago. 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do Jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre. Sulina: Edipucrs, 2002.

SOUSA, Robson Sávio Reis. **O papel da imprensa na segurança pública**. Caderno de Cidadania. Observatório da Imprensa, Ed. 354, 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-papel-da-imprensa-na-seguranca-publica/>>. Acesso: 13 ago. 2016.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1211-1222, 2006.

SOUZA, Diana Paula de. **Mídia e criminalidade: O tratamento dos casos Abílio Diniz e Daniela Perez pela imprensa e suas implicações no direito penal brasileiro**. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2009.

THURLER, Ana Liési. Femicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 465-496, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249>>. Acesso: 10 jul. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URRUTIA, Liliana Aída Beatriz. **Los médios de Comunicación y la violència de gênero**. Speech brindado en el marco del Programa Internacional de la Facultad de Derecho de la U.N.R. en su sede sita en Moreno. N° 642 de Rosario el día 22 de septiembre de 2010. Disponível em: <<http://urrutiaabogada.blogspot.com.br/2010/>>. Acesso: 1º set. 2017.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. **Femicídio**. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los derechos Humanos. México DF, 2009.

VIANA, Bruno César Brito. **Mídia Impressa: o dispositivo**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. UFOP, Ouro Preto – MG.

VERÓN, Eliseo. **As mídias na recepção: os desafios da complexidade**. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIEIRA, Graciete Oliveira. et al. Violência e mortes por causas externas. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 56, n. 1, p. 48-51, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n1/a10v56n1.pdf>>. Acesso: 10 jul. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. (Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015). Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Acesso: 30 out. 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.

ZALUAR, Alba. "Violência e crime". In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler nas ciências sociais brasileiras**. São Paulo, Sumaré, 1999, vol.1, p. 13-107.